



Assembleia Municipal de Odiveelas

Ata nº 15/2015

## ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos reuniu a Assembleia Municipal de Odiveelas, em 11ª Sessão Extraordinária, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odiveelas, sob a Presidência de Miguel Cabrita, como Presidente, António Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

### III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

**PONTO 1** – Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC'S), para o Ano Letivo 2015/2016 -----

**PONTO 2** – Propostas:-----

A) - Adenda à Proposta de Aquisição do Fornecimento do Serviço de Refeições (Pequeno-Almoço, Almoço e Lanche) nos Refeitórios Escolares das EB1 e JI do Concelho de Odiveelas para os Anos Letivos 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 com início a Setembro de 2015;-----

B) Retificação ao Caderno de Encargos – Contrato para Fornecimento de Refeições para as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (EB1) e Jardins de Infância (JI) do Concelho de Odiveelas -----

**PONTO 3** – Proposta de Aditamento à Composição do Conselho Municipal de Educação de Odiveelas para o Mandato Autárquico - 2013/2017 -----

**PONTO 4** - Projeto de Regulamento da Biblioteca Municipal Dom Dinis e Polos -----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
**O Senhor Presidente da Assembleia** deu posse ao Membro da Assembleia **Marco Paulo Gomes de Almeida**, da bancada do **PSD**. -----

-----  
**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:** -----

-----  
Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Rui Cabral**, pelo Membro **Alcina Trindade**-----

-----  
Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles**, pelo Membro **Carlos Barreto**; -----

-----  
Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros**, pelo Membro **João António**;-----

-----  
Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Pedro Roberto**, pelo Membro **Pedro Martins**-----

-----  
Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Paula Paçó**, pelo Membro **Marco Almeida**-----

-----  
Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **Luis Santos**; -----

-----  
Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Curvelo**, pelo Membro **Paulo Sousa** ; -----

-----  
Na bancada da **CDU**, o Presidente da União de Freguesia Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela sua substituta legal **Sílvia Cristina Fialho Duarte**;-----

-----  
Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Carlos Pires**, pelo Membro **João Lourenço**;

-----  
Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **António Pedro**, pelo Membro **Adventino Amaro**;

-----  
Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lídia Mateus**, pelo Membro **José Rodrigues**; ---

-----  
Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, pelo Membro **Florentino Serranheira**.-----  
-----  
-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de **34 Membros da Assembleia Municipal**, tendo-se registado as ausências dos Membros da Assembleia Municipal **Fernando Painho, António Monteiro e Maria João Loya**, pela bancada da **CDU**, tendo sido devidamente justificadas.-----  
-----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins** e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, Edgar Valles e Paulo Cesar Teixeira, ambos pela bancada do PS; Maria da Luz Nogueira, pela bancada da CDU e Carlos Bodião pela bancada do PSD.-----  
-----

-----  
Havendo quórum, o **Sr Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO PÚBLICO**.--  
-----

-----  
O Sr Presidente da Assembleia informou todos os presentes que não se registou nenhuma intervenção. -----  
-----

-----  
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----  
-----

-----  
No âmbito do **Período Antes da Ordem do Dia**, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----  
-----

-----  
**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Pesar** por "*Maria de Jesus Simões Barroso Soares*", (documento nº 11)", que seguidamente se transcreve:-----  
-----

-----  
*"O desaparecimento de Maria de Jesus Simões Barroso Soares (1925-2015) constitui um momento de luto coletivo a que não podemos deixar de nos associar. Teve uma vida longa, árdua e plena de realizações que deixa um legado indelével na sociedade portuguesa, como bem o demonstram as manifestações de pesar oriundas de todos os quadrantes políticos e sociais.*-----  
-----

*Maria Barroso, licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Lisboa, declamadora e atriz com uma carreira assinalável no teatro e no cinema e foi sempre uma mulher da cultura.*-----  
*Foi educadora, professora, pedagoga e diretora de um reconhecido estabelecimento de ensino. E foi acima de tudo uma mulher de causas políticas, cívicas e sociais em que se empenhou grande parte da vida.*-----  
-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*Foi durante décadas uma destacada e corajosa resistente contra a ditadura de Salazar e Caetano e uma lutadora inquebrável pela democracia e pela liberdade, tendo sido por isso despedida do Teatro Nacional D. Maria II, proibida de exercer profissão no ensino, vigiada e interrogada pela PIDE. Foi ativista na CEUD, mais tarde candidata nas listas unitárias da CED em 1969, e foi a única mulher a intervir na sessão de abertura do III Congresso da Oposição Democrática em Aveiro, em Abril de 1973.*-----

*Também em Abril de 1973, fez parte do grupo restrito de mulheres entre os fundadores do Partido Socialista, e foi mesmo a única a estar presente na reunião fundadora em Bad Munstereifel. Já em democracia, foi eleita deputada à Assembleia da República nas primeiras legislaturas.*-----

*Entre outras iniciativas a que ficou associada, foi redatora da lei que instituiu e regulamentou as associações de pais.*-----

*Depois de ter sido Primeira Dama (1986-1996), foi destacada Presidente da Cruz Vermelha e dirigente, membro e apoiante de numerosas associações, fundações e causas, num trabalho cívico de múltiplas faces que deixa uma forte marca na luta pelos direitos humanos, pela solidariedade e pela igualdade de oportunidades. Recebeu, pelo seu percurso e currículo, numerosas distinções, prémios e condecorações, que espelham bem o reconhecimento generalizado que mereceu.*-----

*Foi, também, uma amiga e visita assídua do Concelho de Odivelas, onde a sua presença, disponibilidade e proximidade serão lembradas com saudade. Esteve pela última vez na Cidade de Odivelas no dia 20 de Junho por ocasião da inauguração da exposição fotográfica "Esperança", promovida pela Fundação Pro Dignitate, que dirigia e da qual foi fundadora. Como sempre, agradeceu todos os presentes com uma vitalidade, uma lucidez e uma generosidade notáveis. Maria Barroso foi, e é, acima de tudo um exemplo para os portugueses e portuguesas de todas as gerações.*-----

*Num modesto contributo para que a sua memória e o seu legado perdurem, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 9 de Julho de 2015, exprime através deste Voto o seu profundo pesar pela morte de Maria Barroso, endereçando sentidas condolências a todos os seus familiares.*-----

-----  
-----  
Pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Repúdio** sobre "Processo de (Re) privatização da EDP e REN", (documento nº 1)", que seguidamente se transcreve:-----

-----  
-----  
*"Com a tomada de posse do XIX Governo em Junho de 2011, foi iniciado um conjunto de privatizações de empresas do sector empresarial do Estado. -----*

*Nesse processo, a esmagadora maioria da sociedade portuguesa opôs-se á forma e caracter das mesmas, onde, entre outras questões, foram evocadas falta de transparência nos processos e acautelamento dos interesses estratégicos nacionais. No entanto, o XIX Governo comprometia-se em acelerar os processos de privatizações.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Utilizando a doutrina de choque, argumentou o modo dessas operações de (re)privatização com o Memorando de Entendimento com a Troika em resultado da situação financeira do país. -----

Em muitas intervenções públicas, o actual Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, repetidamente, afirmaram que os Portugueses viveram acima das suas possibilidades e que teriam de empobrecer. Para solucionar os problemas financeiro do país teriam de ser vendidos os activos do Estado.--

Passados mais de quatro anos da eleição do XIX Governo e ainda sem anuncio de eleições pelo Presidente da República, começam a ser clarificados processos que pouca ou nenhuma luz tiveram no espaço público, para os contribuintes e portugueses.-----

Em Maio o Tribunal de Contas (TdC) fez publicar o relatório de auditoria nº9/2015 sobre os processos de (re)privatizações do sector eléctrico onde se constata-se o seguinte:-----

1. Na elaboração do relatório de auditoria o TdC confrontou-se com constrangimentos devido á falta de documentos; -----
2. Desses, destacam-se o relatório de avaliação económica e financeira das empresas, relatórios da Comissão Especial para Acompanhamento, inexistência de um programa forma de privatizações, dificuldade na obtenção de informação não disponibilizados pela PARPÚBLICA, a não existência de cronograma das várias fases do processo de privatização e report pós privatização ao público em geral;
3. Após a entrada em funções do XIX Governo, foram realizadas alterações legislativas à Lei-Quadro das Privatizações através da publicação da Lei 50/2011, de 13 de Setembro;-----
4. No novo diploma legal são suprimidas cláusulas que garantiam o interesse nacional através das Golden Shares, bem como o controlo sistemático que era exercido pela Comissão de Acompanhamento das Reprivatizações (CAR) e eliminada a obrigatoriedade de reserva uma parte do capital da empresa a privatizar aos pequenos subscritores; -----
5. Das alterações resulta a Comissão Especial para Acompanhamento (CEA) de natureza eventual e consultiva para acompanhamento do processo de privatização dando ao Governo a capacidade de decidir quanto à sua intervenção; -----
6. Finalizada as duas operações de venda, o valor da receita bruta obtido representou cerca de 60% do valor previsto, que se situava em 5,5 mil milhões de euros, correspondendo a 1,6% do total da dívida portuguesa em 2012 e; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

7. O TdC analisou as avaliações efectuadas antes do processo de (re)privatização e conclui que apontavam para valores médios superiores aos que estavam referenciados pelo mercado considerando que ambas as Empresas se encontravam sub-avaliadas antes do processo de venda; -----
8. Não obstante o decreto de privatização da EDP e da REN e o acordo de venda e de parceria estratégica conterem referências à salvaguarda do interesse nacional, não foi prevista qualquer cláusula de penalização para o seu incumprimento; -----
9. A acrescer, o diploma legal que acautela a salvaguarda de activos estratégicos em sectores fundamentais para o interesse nacional é publicado quase três anos depois destas operações, em Setembro 2014; ----
10. No relatório, é conclusivo não terem sido tomadas medidas legislativas que acautelassem os interesses estratégicos do Estado Português; -----
11. Foram detectados conflitos de interesses não acautelados pela PARPÚBLICA devido á contratação de empresas de consultoria, assessoria e avaliação que prestaram serviços ao Estado e posteriormente, aos potenciais compradores no mesmo processo de (re)privatizações. A acrescer a este rol de casos, foram contratadas empresas por ajuste directo sem qualificação jurídica para a função exigida; -----
12. Esta situação constitui-se falta de transparência e violação aos procedimentos previstos no Regulamento interno da PARPÚBLICA para a aquisição de bens e serviços, como também, um incumprimento às orientações da Direcção Geral do Tesouro e Finanças em matéria de contratação e consultoria técnica;---
13. Nos procedimentos de contratação de empresas para assessoria e consultoria nestas operações nunca foi aplicado o Código dos Contractos Públicos o que para o TdC constitui falha grave na acção da PARPÚBLICA; -----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 11.ª Sessão Extraordinária de 2015, delibera aprovar o seguinte: -----

1. O profundo repúdio pela a actuação do XIX Governo no processo de (re)privatização da EDP e REN ao não ter acautelado os interesses nacionais e estratégicos do País; -----
2. O repúdio pela acção do XIX Governo ao prejudicar os contribuintes portugueses através à perda de dividendos futuros que estas empresas geravam anualmente para o Estado; -----
3. Condenar veementemente a falta de transparência nos processos de (re)privatização realizadas pelo XIX Governo."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
Pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Congratulação** sobre “Prémio Nelson Mandela – Jorge Sampaio” (documento nº 2), que seguidamente se transcreve:-----

-----  
*“A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou em Junho de 2014 e por unanimidade a criação do Prémio Nelson Mandela, em homenagem ao líder sul-Africano. O objetivo é distinguir e reconhecer, de cinco em cinco anos, a contribuição excecional de pessoas ou instituições em prol da humanidade, promovendo os propósitos e princípios das Nações Unidas. Os distinguidos são selecionados por um Comité das Nações Unidas, composto por representantes de seis Estados membros, oriundos dos cinco grupos regionais, Argélia, Letónia, México, Arábia Saudita e Suécia, um representante da África do Sul e presidido pelo presidente da Assembleia Geral.”*-----

*Jorge Sampaio, ex-Presidente da República é, em conjunto com a ativista namibiana Helena Ndume, o vencedor do primeiro Prémio Nelson Mandela.*-----

*Jorge Sampaio, após terminar o 2º. mandato na Presidência da República, tem-se dedicado a causas humanitárias internacionais.*-----

*Alto representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações durante seis anos, foi também enviado especial do secretário-geral da ONU para o combate à tuberculose, tendo sido distinguido pela Organização Mundial da Saúde em 2012.*-----

*Atualmente, é o principal promotor de uma iniciativa para acolher estudantes universitários sírios em instituições portuguesas de ensino superior.*-----

*A atribuição do Prémio Nelson Mandela a Jorge Sampaio, é também um reconhecimento ao mais alto nível do que tem sido a vida de “ um grande apoiante da democracia portuguesa.”*-----

*Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em 09 de Julho de 2015 congratula-se com a atribuição do Prémio Nelson Mandela a Jorge Sampaio, reconhecendo que esta distinção honrando a memória dessa notável figura mundial que foi Nelson Mandela, deve também ser motivo de orgulho Portugal e dos Portugueses.”*-----

-----  
Pela bancada do **CDS**, foi apresentado um **Voto de Pesar** por “Maria de Jesus Simões Barroso Soares”, (documento nº 3)”, que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

"Maria Barroso morreu. Partiu uma mãe, tia, avó e companheira de uma existência, crente na família e apaixonada pela vida. Morreu a professora, a pedagoga e a educadora.-----  
Deixou-nos uma resistente, uma entusiasta da liberdade e das causas cívicas, sempre disponível e empenhada para que as vozes dos mais desprotegidos fossem ouvidas. Perdemos uma cristã, uma ativista da paz, uma conciliadora, uma mulher lúcida até ao último momento, que jamais se inibiu em apreciar os novos paradigmas sociais, em particular as vicissitudes da globalização, desencorajando a resignação dos mais pobres e estigmatizando as contrariedades dos mais ricos.-----  
Desapareceu a atriz, a intelectual que promoveu a cultura portuguesa das letras à ciência, passando pelas artes, pelo teatro e cinema. Encontrou sempre tempo para a leitura das obras dos novos pensadores, romancistas, poetas e escritores. Escreveu centenas de dedicatórias e foi protectora de outras tantas obras literárias.-----  
Perdemos uma esposa reverente, madrinha de dezenas de projectos, alguns dos mais emblemáticos do País, e amiga da sua Nação.-----  
Em 1996, Maria Barroso foi agraciada pelos portugueses: a maioria passou a tratá-la como a "eterna primeira-dama", indubitável testemunho da igualdade com que tratou todos, sem excepção, independentemente da etnia, dos credos e convicções políticas, enquanto esposa do presidente Mário Soares, entre 1986 e 1996.-----  
A biografia de Maria Barroso é extensa. Não cabe nesta declaração de voto. Dela devemos lembrar momentos marcantes.-----  
Nasceu na Fuseta, junto à cidade algarvia de Olhão, a 2 de Maio de 1925. -----  
Estudou em Lisboa, nos liceus D. Filipa de Lencastre e Pedro Nunes. Em 1943, diplomou-se em Arte Dramática, na Escola de Teatro do Conservatório Nacional, e oito anos mais tarde (em 1951) concluiu a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, já depois de ter casado com Mário Soares, a 22 de Fevereiro de 1949, e com quem teve dois filhos, João e Isabel. -----  
Maria Barroso foi atriz na companhia de teatro Rev Colaço-Robles Monteiro, que, então, representava no Teatro Nacional D. Maria II. Estreou em 1944, na peça "Aparências" de Jacinto Benavente e sob a direcção de Palmira Bastos. Ainda na arte da representação, Maria Barroso participou em quatro filmes: Mudar de Vida, de Paulo Rocha; e em outras três películas de Manoel de Oliveira.-----  
Evidenciou-se na intervenção política, em 1969, quando foi candidata a deputada pela Oposição Democrática, notabilizando-se quatro anos mais tarde, ao intervir no III Congresso daquela organização que se realizou em Aveiro.-----  
Mas foi a 19 de Abril de 1973 que aconteceu um dos momentos mais marcantes e decisivos da sua carreira política: foi a única mulher a participar na reunião da fundação do Partido Socialista português que aconteceu na cidade alemã de Bad Münstereifel, e foi decidida entre militantes da ASP, a Acção Socialista Portuguesa,





Assembleia Municipal de Odivelas

onde se encontrava Mário Soares. Foi eleita deputada à Assembleia da República, nas legislaturas iniciadas em 1976, 1979, 1980 e 1983, e pelos círculos de Santarém, Porto e Faro.-----  
De entre um enorme conjunto de realizações, enquanto primeira-dama de Portugal - entre 1986 e 1996 -, Maria Barroso destacou:-----

- A criação do Movimento Emergência Moçambique, em 1990; -----
- Em 1991, o ter outorgado a escritura da Associação para o Estudo e Prevenção da Violência;-----
- Em 1995, ter presidido à abertura do ciclo de realizações do Ano Internacional de Luta contra o racismo, a xenofobia, o antissemitismo e a exclusão social.-----

Já depois de concluído o segundo mandato de Mário Soares como presidente da República, Maria Barroso foi presidir à Cruz Vermelha Portuguesa, cargo que exerceu durante seis anos – de 1997 a 2003. Então, foi também sócia e dirigente da Fundação Aristides de Sousa Mendes.-----

Foi distinguida com o título de Doutora Honoris Causa pelas universidades de Lesley, nos Estados Unidos, e das portuguesas de Aveiro e de Lisboa, respectivamente em 23 de Maio de 1994, 16 de Dezembro de 1996 e 3 de Novembro de 1999. E ainda foi Professora Honorária da Sociedade de Estudos Internacionais de Madrid.-----

Maria Barroso recebeu 18 distinções de 17 países do continente europeu, americano e africano. A estas insígnias junta mais dezanove prémios. De entre todas as comendas, distingue-se a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade que recebeu a 7 de Março de 1997.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 9 de julho de 2015, em sessão extraordinária, apresenta as mais sentidas e profundas condolências ao seu marido, Mário Soares e aos filhos Isabel e João Soares.”-----

-----  
Pela bancada do **BE**, foi apresentado um **Voto de Congratulação** sobre “Pelo Prémio Camões 2015 a Hélia Correia”, (documento nº 4)”, que seguidamente se transcreve:-----

-----  
“Hélia Correia nasceu em Lisboa em fevereiro de 1949. É licenciada em Filologia Românica, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo feito também um curso de pós-graduação em Teatro Clássico. É, também, professora de Língua Portuguesa do ensino secundário. -----

O Prémio Camões 2015 foi atribuído a Hélia Correia, por unanimidade, no passado mês de junho, em reconhecimento da sua “vertente universal, pela forma como explora a natureza humana nos seus vários aspetos, pela atenção que dá ao mundo real”, como sublinhou na altura à agência Lusa a presidente do júri, a investigadora Rita Marnoto.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

O júri considerou que Hélia Correia, seja no romance, no conto ou na poesia, explora a natureza humana, como que "a partir das suas raízes na antiguidade clássica, projetando-a nos nossos dias, através de cruzamentos que se estendem a várias vias da literatura contemporânea".-----

Segundo a Lusa, com a publicação de "A Terceira Miséria", obra distinguida em 2014 com o Prémio Correntes d'Escritas, Hélia Correia quis homenagear a Grécia, destacando "a voz de um país que está a sofrer uma opressão impensável", como afirmou, na altura, durante o festival literário da Póvoa de Varzim. Na cerimónia de entrega do Prémio Camões 2015, Hélia Correia afirmou, a encerrar o seu discurso: "Quero dedicar este prémio à Grécia, sem a qual não teríamos nada. Viva a Grécia". Quando recebeu este prémio, Hélia Correia recordou os ensinamentos universais da Antiguidade e a sua importância para a atualidade: "Ver tudo o que existia na Grécia clássica, em que tudo era feito pelo homem, para o homem e à medida do homem". Após a sua intervenção, Hélia Correia declarou à comunicação social: "A Grécia de hoje está a revelar-se um país tão heroico como uma Grécia antiga".-----

Sublinhou ainda a escritora. "Pensava nas duas nações em termos muito separados, porque muitos séculos, culturas, civilizações, separam a minha Grécia clássica da Grécia de hoje mas, de repente, eles estão lá, porque só o orgulho grego, o sentido da dignidade humana, da nobreza da democracia é que pode conseguir o género de reação que estes gregos, nossos contemporâneos, estão a ter." Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, congratula Hélia Correia pelo Premio Camões recebido no ano de 2015." -----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Moção** sobre "Pelo Direito a cuidados de Saúde Públicos para Todos", (documento nº 5)", que seguidamente se transcreve:-----

"Considerando que: -----

1. Ao longo dos últimos tempos, têm-se sucedido as informações dando conta de enormes dificuldades sentidas no Serviço Nacional de Saúde (SNS), seja nos cuidados de saúde primários seja nos serviços hospitalares, designadamente nos serviços de urgência;-----
2. Esta é uma situação grave e que deixa a descoberto um conjunto de falácias que o discurso da austeridade tentou passar como verdade;-----
3. Não é verdade que seja possível desorçamentar o SNS e manter a sua qualidade de funcionamento;-
4. Não é verdade que seja possível fazer mais com menos;-----
5. Não é verdade que se possa fomentar a precariedade no SNS, promover a contratação de empresas de trabalho temporário, recorrer a Contratos de Emprego Inserção (CEI) e CEI+ descurando que tais medidas têm consequências nas equipas, na sua coesão, estabilidade e capacidade de trabalho;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

6. Não é possível atrofiar os orçamentos hospitalares a ponto de se registar falta dos mais simples materiais (como luvas ou batas) ou terapêuticas mais caras (como medicamentos oncológicos ou biológicos) e considerar que isso não tem consequências;-----
7. As consequências existem e estão à vista: apesar do inexcusável empenho dos profissionais do SNS, a qualidade do serviço está a degradar-se;-----
8. É fundamental, portanto, implementar as ações necessárias a travar esta perda de qualidade, o que implica dotar o SNS do orçamento necessário ao seu funcionamento bem como assegurar a contratação pública dos profissionais em falta;-----
9. Essencial também é garantir o acesso de todos aos cuidados de saúde de que necessitam algo que é compatível apenas com a prestação pública de serviços de saúde; -----
10. A entrega a terceiros da prestação total ou parcial de serviços de saúde não acautela a efetiva disponibilização desses serviços à população, deixando o SNS refém das opções de privados e/ou do setor social para o investimento a ser feito;-----
11. A passagem da gestão de uma unidade do SNS para outras entidades não é isenta de consequências, como aliás se tem constatado com exuberância no caso dos hospitais geridos em regime de Parceria Público Privada (PPP). A título de exemplo, refira-se o Hospital de Braga que há três anos é gerido em PPP e onde se têm sucedido as inconformidades, como sejam a transferência de doentes deste hospital para outras unidades hospitalares sem motivos clínicos que o justifiquem ou a desmarcação de cirurgias programadas por falta de anestesistas;-----
12. Um outro exemplo remete para a rede nacional de cuidados continuados integrados (RNCCI); por força das decisões dos sucessivos governos o desenvolvimento da rede encontra-se refém do setor social o que faz com que algumas regiões do país tenham um défice assinalável de camas no âmbito desta rede ou que outras localidades tenham unidade situadas em locais ermos e de difícil acesso;--
13. O que é público deve ser gerido pelo público; o que é privado deve ser gerido pelo privado; o que é do setor social deve ser gerido pelo setor social. A promiscuidade na gestão traz benefícios para as entidades adjudicantes, mas em nada favorece o serviço público, a qualidade dos serviços, o acesso dos cidadãos ou a fluidez de articulação entre as diversas unidades do SNS;-----
14. Por todos estes motivos, discordamos de qualquer tentativa de municipalização de serviços do SNS: a prestação de respostas sociais às populações é um serviço importante dos municípios, mas a sua disponibilização não pode nem deve ser confundida com gestão municipalizada de serviços de saúde;-----
15. O concelho de Odivelas apresenta particularidades da sua população que justificam respostas ajustadas às necessidades da população. Todavia, a disponibilização destes serviços deve ocorrer no âmbito do SNS, garantido a articulação necessária com os cuidados de saúde primários e a rede hospitalar e assegurando que todas as pessoas inscritas nas unidades de saúde têm médico de



Assembleia Municipal de Odivelas

*família, horários de atendimento compatíveis e acesso aos cuidados de saúde de que necessitam e aos quais têm direito.*-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, delibera:-----

1. *Exigir ao Governo adequada orçamentação do SNS que garanta a contratação pública de trabalhadores que exercem funções no SNS, assegurando a manutenção na esfera pública da disponibilização de cuidados de saúde no âmbito do SNS;*-----
2. *Exigir uma política de saúde pública que garanta médico de família a todas as pessoas inscritas nas unidades de cuidados de saúde primários;*-----
3. *Rejeitar a privatização do SNS bem como a municipalização.*-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Proposta de Recomendação** sobre “*Pela Disponibilização de Material Literário e/ou audiovisual que aborde Temáticas LGBTI em equidade com os restantes Documentos na Biblioteca Municipal de Lisboa*”, (documento nº 6)”, que se seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que:-----

1. *Nas bibliotecas públicas, como noutras instituições culturais, podem entrar e permanecer formas de preconceito e discriminação que são hoje em dia inaceitáveis e que, por vezes, entram mesmo em conflito com os avanços legislativos e sociais registados na sociedade portuguesa;*-----
2. *As bibliotecas públicas devem não só criar atmosferas inclusivas, que facilitem o acesso a todas/os as/os leitores/as independentemente do seu sexo, identidade de género ou orientação sexual, como devem refletir nas suas coleções os temas e as perspetivas de toda a população em toda a sua diversidade social;*-----
3. *Verifica-se que, tanto em língua portuguesa como estrangeira têm sido produzidos diversos documentos impressos e audiovisuais que abordam e incluem a diversidade na dimensão lésbica, gay, bissexual, transexual e intersexo (LGBTI), documentos estes que deverão estar presentes na Biblioteca Municipal D. Dinis e aí serem disponibilizados em equidade com os restantes materiais de leitura;*-----
4. *Para que este objetivo seja atingido, a classificação documental bem como o arranjo espacial dessa sub-coleção deverão exprimir uma visão sem preconceito ou discriminação. Assim, para as pessoas que visitam a biblioteca deve ficar claro que a especialidade da sub-coleção consagra um direito de cidadania e não um separatismo segregador;*-----
5. *A Biblioteca Municipal poderá ampliar o seu serviço à comunidade desenvolvendo ações em parceria com organizações LGBTI que poderão encontrar nestas instalações um espaço de liberdade de*



Assembleia Municipal de Odivelas

*acesso à expressão e de organização de iniciativas conjuntas no âmbito da leitura e da fruição cultural.*-----

*Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, recomenda ao executivo municipal que:*-----

- 1. A Biblioteca Municipal D. Dinis crie secções que permitam a disponibilização de material literário e/ou audiovisual que aborde temáticas LGBTI em equidade com os restantes documentos;*-----
- 2. O disposto no ponto 1) seja implementado assegurando que a classificação documental bem como o arranjo espacial dessa coleção consagra um direito de cidadania e não uma discriminação;*-----
- 3. A Biblioteca Municipal organize iniciativas conjuntas com as organizações LGBTI no âmbito da leitura e da fruição cultural."*-----

-----  
Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Moção** de "Solidariedade com Jaqueline Pina e tantas outras pessoas", (documento nº 7)", que seguidamente se transcreve: -----

*"Jaqueline Pina acampou no Largo do Rato, em Lisboa, em protesto por ter sido despejada da sua casa no bairro de Santa Filomena, na Amadora. Jaqueline é uma mulher grávida de sete meses e a sua filha Mayara de cinco anos, são só 2 dos muitos nomes por trás da tragédia criada na Amadora. Entre as pessoas despejadas incluem-se "mulheres grávidas, crianças, pessoas doentes, deficientes e desempregados".*-----

*"Tenho uma filha de cinco anos e estou grávida de sete meses. O meu marido está desempregado. Arrombaram-me a porta, levaram-me as coisas e puseram-nos na rua", afirmou ao Jornal SOL Jaqueline Pina. "Será que é por sermos de cor?", questionou no final.*-----

*Ao longo destes últimos 10 anos, em vários bairros no concelho da Amadora, tornou-se um hábito, o despejo sistemático de milhares de pessoas, como se lixo fossem. Mas é no bairro de Santa Filomena que a situação se tornou verdadeiramente dramática.*-----

*Em Março deste ano, o Provedor de Justiça sugeriu à Câmara Municipal para parar com as demolições e despejos no bairro clandestino de Santa Filomena.*-----

*Segundo nota da Provedoria de Justiça, "apesar da falta de condições de salubridade e de segurança das edificações e barracas, esta intervenção só deve ser prioritária se o município, o Estado e eventualmente outras instituições estiverem em condições de realojar todos os agregados familiares que não disponham de habitação própria ou tomada de arrendamento".*-----

*A Associação Habita - Colectivo pelo Direito à Habitação e à Cidade é um colectivo que luta pela concretização destes direitos fundamentais, essenciais à vida humana, inscritos na legislação nacional e internacional.*-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A Associação considera que o bairro está transformado “numa Faixa de Gaza”, pois no bairro encontram-se várias carrinhas da polícia e centenas de agentes, num clima extremamente intimidatório para todos aqueles que se tentam inteirar do que por lá se passa, jornalistas, activistas, deputados, eleitos municipais e de freguesia, comuns cidadãos e, particularmente, residentes do próprio bairro.-----

A Associação lembra que “há anos que vem procurando intervir de todas as formas possíveis na Amadora, em contactos com a Câmara, com a Assembleia Municipal da Amadora, mas também no IHRU e outros organismos estatais sem resultados. Diz, igualmente, que “serão muitas as famílias despejadas esta semana sem qualquer solução”. Uma tenda Vermelha, no Largo do Rato em frente à porta do Partido Socialista foi o que restou a Jaqueline, tudo porque a fúria demolidora da Câmara da Amadora, presidida por Carla Tavares da comissão política do PS, continua imparável. Nesta quarta-feira, foram demolidas mais 5 casas no bairro de Santa Filomena, todas com moradores.-----

Jaqueline e os membros da Associação Habita pediram uma reunião com responsáveis do PS. Foram recebidos pelo dirigente nacional socialista Ascenso Simões. Fonte oficial do PS explicou ao Jornal SOL que os membros da Habita já tinham sido recebidos, em duas ocasiões anteriores, pela dirigente Maria da Luz Rosinha, mas que o PS “não se pode imiscuir em questões autárquicas”. “Os assuntos camarários têm autonomia de gestão”, justifica a mesma fonte.-----

Diz a Associação Habita – Associação pelo Direito à Habitação -, Que uma vez que a presidente da Câmara da Amadora é socialista e “faz parte dos órgãos nacionais do partido” Uma clarificação URGE, por parte do Partido Socialista, “O PS mantém a confiança política na presidente mesmo com este verdadeiro atentado aos direitos humanos”, acusou uma dirigente da Associação. Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, solidariza-se com Jaqueline Pina e tantas outras pessoas como ela.”-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Proposta de Recomendação** sobre “Pela Colocação de Bebedouros no Concelho” (documento nº 8)”, que seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que: -----

1. A água é um bem essencial e deve estar disponível às pessoas que vivem, passeiam, brincam, fazem desporto, enfim, vivem o concelho; -----
2. A existência de bebedouros nas cidades é uma importante medida que deve ser mantida e incrementada;-----
3. Um concelho inclusivo pode e deve democratizar o acesso à água, disponibilizando bebedouros em diversas zonas, na certeza de que esses espaços não têm que se circunscrever a jardins infantis ou espaços verdes;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

4. O acesso à água um bem fundamental. Um município que se quer vivo e vivido deve permitir que quem o vive possa aceder a água no âmbito da circulação e normal usufruto dos espaços da cidade;
5. É necessário incrementar a colocação de bebedouros, devendo ser prestada particular atenção às zonas de maior circulação de pessoas, espaços verdes, parques infantis e zonas de incidência de prática desportiva.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, recomenda ao executivo municipal:-----

1. A colocação de bebedouros nas zonas destinadas à prática desportiva no concelho;-----
2. A colocação de pelo menos um bebedouro em todos os jardins, parques infantis e nas zonas de maior circulação de pessoas;-----
3. Assegurar a manutenção dos bebedouros da cidade, garantindo o seu normal funcionamento.”-----

Pela bancada do **BE**, foi apresentada uma **Moção** sobre “Pela Dignidade da Escolha do Povo Grego”, (documento nº 9)”, que seguidamente se transcreve: -----

“Considerando que:-----

- 1.O ‘Não’ venceu na Grécia no passado dia 5. Um dia que ficará na história da Europa pela coragem de um povo que defendeu a sua dignidade, de forma expressiva e contra tantas adversidades, bem como a de um governo que, desde a sua eleição, em janeiro, nunca deixou de se bater pelo seu país;-----
- 2.Nos últimos cinco anos, a Grécia viu o seu PIB cair mais de 25 por cento. Foi um período fortemente marcado por uma política de austeridade, que fez disparar brutalmente o aumento do desemprego e, em particular, do desemprego jovem. O nível de vida das pessoas foi terrivelmente afetado ao ponto de milhares de gregos perderem o seu direito à saúde pública, durante os governos do PASOK e da Nova Democracia;---
- 3.Em janeiro, o povo grego deu um voto de confiança ao Syriza para que o afirmasse numa Europa liderada por uma elite que se julga acima da democracia. Uma elite que espalha ideias fabricadas que escondem interesses económicos visando a riqueza para uns e miséria para outros. Uma elite que procura humilhar e incutir o medo, insistindo em mais austeridade, que ao povo apenas traz precariedade, desemprego e pobreza;-----
- 4.As negociações em Bruxelas fracassaram, porque o Governo grego não se deixou subjugar e defendeu aqueles que representa e que lhe deram legitimidade para isso. Mais, porque continuou a negociar resgates com terroristas como o Banco Central Europeu (BCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Eurogrupo – que tantas vezes apelidaram o atual regime da Grécia como extremista, quando são os próprios que lançam o pânico e se revelavam inflexíveis;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

5. Nem no dia do referendo a tirania e a chantagem de Bruxelas deixaram de ser propagandeadas. A ameaça de última hora surgiu nessa manhã pela voz do presidente do Parlamento Europeu. Numa entrevista, Martin Schulz afirmou que “se os gregos disserem não no referendo terão de introduzir outra moeda, porque o euro não está disponível como meio de pagamento”. “A partir do momento em que alguém introduz uma nova moeda, sai da zona euro. São estes aspetos que me dão alguma esperança que as pessoas não irão hoje votar no ‘Não’”, ameaçou o dirigente do SPD e ex-candidato dos socialistas europeus à presidência da Comissão Europeia, mostrando o seu total desprezo pelo ato democrático em curso;-----

6. As pressões externas na semana que antecedeu o referendo foram bastante explícitas. De campanha mediáticas, passando por chantagem com a população grega em relação ao acesso a bens essenciais, como medicamentos por exemplo, até declarações inaceitáveis de chefes de governo e estado de outros países da União Europeia, como foi o caso do presidente da nossa República que reduziu a questão a uma simples aritmética descartável;-----

7. Perante este cenário e em pleno ato de coragem e de democracia, o governo liderado por Alexis Tsipras ouviu a voz do povo, que em grande maioria disse NÃO às políticas de austeridade e reiterou a confiança dada ao Syriza no início do ano:-----

8. Para ser vinculativo o referendo necessitava de 40% de participação das e dos eleitores, mas foram cerca de 60% que se deslocaram às urnas para demonstrar de forma inequívoca a sua escolha (61,3% votaram Não);-----

9. O primeiro ministro grego tem reafirmado o compromisso do seu país com um projecto europeu solidário e responsável, compete agora a todos os líderes europeus encontrar uma solução que respeite a vontade e a dignidade demonstradas pelo povo grego.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 9 de julho de 2015, delibera:-----

1. Saudar o povo grego pela brilhante lição de democracia dada a muitos líderes europeus, deixando claro que a dignidade de uma população vale mais que qualquer chantagem financeira engravatada;-----

2. Exigir aos governos europeus que encontrem uma solução que permita à Grécia recuperar a sua economia e melhorar as condições de vida da sua população;-----

3. Condenar veementemente todas as formas de chantagem e pressão exercidas por dirigentes europeus sobre o povo grego, que visavam acima de tudo condicionar o funcionamento da democracia;-----

4. Exigir ao governo português que seja proactivo nas negociações entre a Grécia e as instituições europeias no sentido de libertar o povo grego do garrote da dívida.”-----

Pela bancada do **PS**, foi apresentado um **Voto de Protesto** sobre “Subconcessão da exploração a privados do serviço de transporte público coletivo da CARRIS e Metropolitano de Lisboa”, (documento nº 10)”, que seguidamente se transcreve:-----





Assembleia Municipal de Odivelas

-----  
"O Partido Socialista manifestou na Assembleia Municipal de Odivelas, no tempo oportuno, a sua preocupação com a intenção do Governo proceder à subconcessão da gestão das empresas de transportes coletivos Carris (autocarros e elétricos) e Metropolitano de Lisboa a privados, pelo período de 10 anos.-----

Na moção apresentada, o Partido Socialista recomendou o diálogo do Governo com os Municípios da Grande Lisboa servidos pela rede de transportes públicos operadas pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., exigindo a esse mesmo Governo a suspensão imediata do procedimento concursal determinado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2015, refutando, deste modo, a decisão governamental de proceder à subconcessão a privados dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e Metropolitano de Lisboa, E.P.E.-----

Verifica-se que o tempo está a dar razão às preocupações elencadas pelo Partido Socialista, pois este é mais um processo repleto de zonas cinzentas e cujas únicas certezas que emanam do caderno de encargos apresentado pelo Governo são a perda de qualidade do serviço público de transportes e o despedimento de mais de 600 trabalhadores nessas duas empresas, pois esse caderno de encargos não contempla a transferência de todos os trabalhadores para as empresas privadas vencedoras dos concursos de subconcessão.-----

Estamos perante um processo camuflado de privatização, que pode vir a representar um encargo de 230 milhões de euros anuais para o erário público e que ainda carece do visto do Tribunal de Contas. Um processo que tem suscitado a contestação dos trabalhadores e a incerteza dos utentes quanto ao serviço que será prestado no futuro por essas empresas.-----

Tendo presente que diariamente milhares de munícipes de Odivelas utilizam a rede de transportes públicos colectivos do Metro e da Carris nas suas deslocações pendulares profissionais e pessoais para a cidade de Lisboa, que o direito à mobilidade é um direito fundamental dos cidadãos nas metrópoles urbanas e que existe um risco sério da subconcessão a privados deste serviço público de transporte colectivo prejudicar a mobilidade dos odivelenses, nomeadamente nas carreiras da Carris, o Partido Socialista condena mais esta decisão unilateral do Governo, porque a qualidade do serviço público da Área Metropolitana de Lisboa não pode ser sujeita à agenda liberal do Governo.-----

Face à assinatura no dia 15 de julho do contrato entre o Governo e o Grupo espanhol Avanza, no valor de 1.075 milhões de euros para a gestão durante oito anos destes transportes públicos colectivos urbanos de Lisboa, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sessão extraordinária de 9 de julho de 2015, delibera apresentar o seu VOTO PROTESTO por mais esta decisão penalizadora da população."-----

-----  
Pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma **Moção** sobre "Contaminação Ambiental dos Solos e das Linhas de Água", (documento nº 12)", que seguidamente se transcreve: -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

*[Handwritten signatures]*

-----  
"Mantém-se e agudiza-se a degradação da COMETNA na Freguesia da Pontinha-Famões.-----  
Durante mais de uma década os telhados da COMETNA mantiveram-se íntegros, tal com pode ser verificado  
nestas fotos (ainda atuais) do Google (Figuras 1 – 4) que datam presumivelmente de 2010-2011. São  
algumas centenas de metros quadrados de telhados.-----

Figura 1: Cometna no Google maps (com telhados)-----

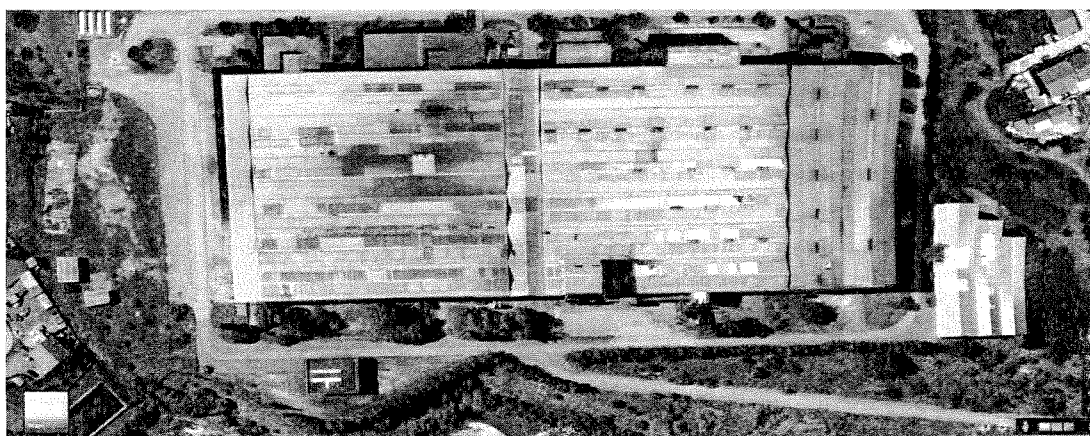


Figura 2: Cometna no Google maps (com telhados)



Figura 3: Cometna no Google maps (com telhados)



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures]*

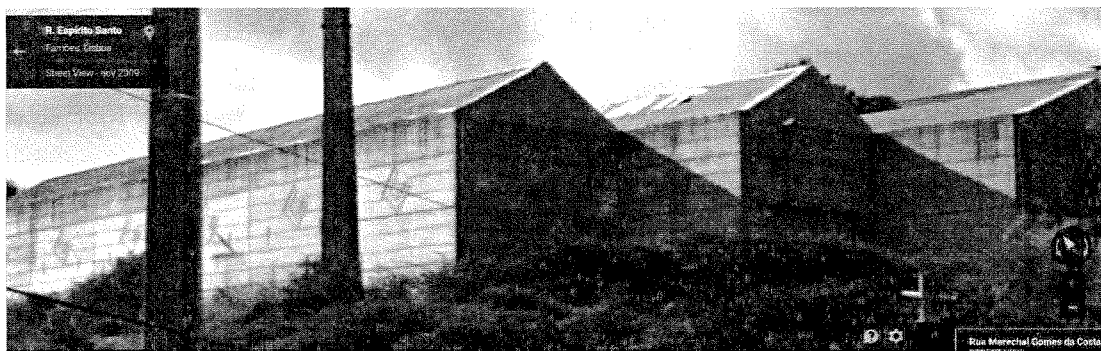


Figura 4: Cometna no Google (ainda com telhados)



Por volta de 2009 o Município de Odivelas desencadeou a realização de um projeto para os terrenos da COMETNA, com uma importante componente imobiliária, que se designou “Projeto OTECH”. Em sequência, presume-se que o promotor imobiliário tenha solicitado um estudo à empresa eGiamb sobre “Avaliação da Contaminação de Solos nas Instalações da COMETNA – Companhia Metalúrgica Nacional (Odivelas)”. Pasmese então que na sequência do OTECH e do estudo de avaliação ambiental dos terrenos da COMETNA e numa coincidência semelhante ao sair duas vezes o euro milhões sem sequer se jogar, os telhados, na sua maioria a mais de 10 metros acima do solo e que já lá estavam há décadas, são estranhamente roubados em 2012-2013. Os moradores referem inclusive que durante semanas, de dia e de noite, estiveram diversos homens com gruas, carros pesados e equipamentos vários de construção civil no interior da COMETNA a retirar os telhados (de destacar que eram em grande parte de fibrocimento, um material que exige certificação da empresa para realizar tal operação e que os resíduos obrigatoriamente



Assembleia Municipal de Odivelas

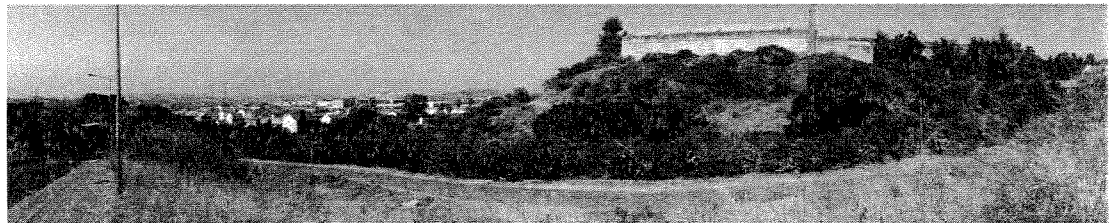
(90) 2010

*devem ser depositados em aterro destinado ao efeito). No presente momento os telhados da COMETNA estão totalmente removidos (Figuras seguintes).-----*

*Figura 5: Cometna (junho 2015) sem telhados*



*Figura 6: Cometna e a envolvente orográfica com a linha de água a escassos metros*



*Figura 7: Cometna e a envolvente orográfica (junho 2015)*



#### **O QUE ESTÁ A ACONTECER NA COMETNA?**

*Os metais pesados (ex.: Cádmio, Crómio, Mercúrio, Zinco, Chumbo) possivelmente derramados no solo da COMETNA durante anos de atividade metalúrgica estão a ser “transportados com a chuva”, para os ribeiros adjacentes. Tal sucede, em parte, devido às características orográficas do terreno em que está implantada esta antiga fábrica, e dá origem à contaminação dos solos e dos lençóis freáticos circundantes. Estes metais pesados, em particular a tríade mercúrio, chumbo e crómio, são responsáveis por vários problemas de saúde para o Homem, porque se acumulam no organismo e dificilmente são eliminados. Os seus efeitos, na maioria graves (agudos e crónicos), situam-se a nível do sistema nervoso central, sistema nervoso periférico, sistema digestivo, rins, entre outros).-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

A retirada dos telhados está, por certo, a contribuir para a diminuição dos índices de contaminação dos solos na zona da COMETNA. Todavia a lixiviação resultante vai afetar todo o conjunto de afluentes a jusante dessas instalações, com as consequências negativas conhecidas que a drenagem ácida sem controlo para os solos inevitavelmente acarreta. Vai inclusive, para além dos solos, contaminar as linhas de água, traduzindo-se em efeitos deletérios intangíveis para o ambiente e para as populações. De acordo com a Quercus a contaminação de solos - nomeadamente em zonas industriais - continua a ser um problema para o qual nem sempre é possível encontrar responsáveis devido à inexistência de legislação específica, sendo frequentemente o Estado que tem de assumir os custos da limpeza dos terrenos. "O Ministério do Ambiente, entidade responsável, ainda não criou legislação que impeça vender terrenos onde estiveram instaladas atividades de risco de contaminação do solo, sem antes ser feito um despiste que permita emitir um certificado sobre a qualidade ambiental dos solos", escreve a Quercus. Apesar disso, se os terrenos forem destinados a projeto habitacional há enquadramento legislativo (diploma de responsabilidade ambiental) que, entre outros, determina a necessidade de descontaminar os solos em casos como o da COMETNA. Assim se começa a perceber a coincidência da remoção dos telhados da COMETNA com o projeto imobiliário OTECH. A pergunta que se coloca é: qual a razão de se considerar uma coincidência esta situação? Tentemos então analisar o assunto por outra perspetiva:-----

1. O estudo da eGiamb sobre a COMETNA e as principais conclusões do relatório de avaliação da contaminação dos solos estão nas mãos da CMO desde 2012-2013 e nunca foram divulgados. No essencial, o estudo revela a presença de diversos contaminantes no solo da COMETNA acima dos valores aceites como permitidos para a vida humana, designadamente metais pesados e em particular um elevado nível de chumbo.-----
2. A descontaminação dos solos da COMETNA tornou-se assim, nesse momento e por certo, um trabalho de construção civil exigente, com necessidade de remoção de toneladas de terra e acima de tudo extremamente oneroso.-----
3. É sobejamente sabido que uma das formas de diminuir os níveis de concentração química dos solos é lavá-los. Assim, o destelhar da COMETNA permitiu dois propósitos que nos parecem evidentes e da forma mais barata que pode existir: (i) o roubo dos telhados permitiu remover a custo zero e de forma irregular os telhados em fibrocimento, isto é, com amianto e (ii) em sequência os terrenos ficaram expostos à intempérie, em particular à água da chuva, contribuindo para a diminuição da concentração de metais pesados nos solos.-----
4. Tal atuação a ser considerada (permitida ou desencadeada) pelos responsáveis do projeto imobiliário previsto para a COMETNA, desencadeou a lixiviação dos solos (processo de extração de substâncias presente em componentes sólidos através da sua dissolução em líquidos) de forma completamente irresponsável e que é crime para a saúde humana à luz do Dec. Lei 147/2008, de 29 de julho.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

5. Para além de todas estas coincidências tudo aconteceu com o conhecimento da CMO que igualmente por acaso também era parte interessada neste projeto imobiliário do OTECH e até ao presente momento que se conheça não desencadeou qualquer ação de defesa do ambiente contra este problema de saúde pública. O mais grave, na nossa opinião, é ter feito tábua rasa da informação que detém sobre a contaminação dos solos e estar a permitir que se dê a lixiviação dos solos e a contaminação de forma irresponsável das linhas de água a jusante, com tudo o que acarreta para a saúde pública.-----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunião em sessão extraordinária em 9 de Julho de 2015 delibera:-----

- Criticar veementemente a inoperância da CMO que, tendo conhecimento detalhado sobre os níveis de concentração de metais pesados nos solos da fábrica, nada fez para resolver o grave problema ambiental e de saúde pública da COMETNA em Famões;-----
- Responsabilizar a CMO que, por ter conhecimento do problema e não ter agido em conformidade, pactuou com esta situação, podendo ser igualmente considerada culpada de eventuais efeitos decorrentes deste crime ambiental face a:-----
- Presumível disseminação de contaminantes ambientais nos solos e nas linhas de água com efeitos deletérios sobre o ecossistema o que coloca toda a população em risco.-----
- Trata-se de uma situação de elevado risco para a saúde humana em que se considera necessário intervir com urgência e, com todas as possibilidades legais, junto das instituições competentes, também do ambiente."-----

-----  
-----  
Pelo **Sr Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a admissão e discussão dos documentos supra mencionados tendo sido **Aprovada por Unanimidade**. -----

-----  
-----  
Pelas 20h55m, foram interrompidos os trabalhos.-----

-----  
-----  
Pelas 21h30m os trabalhos foram retomados.-----

-----  
-----  
Registou-se a entrada do Membro da Assembleia Municipal, Adventino Amaro, pela bancada da CDU.-----

-----  
-----  
Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----





Assembleia Municipal de Odivelas

**José Pignatelli**, pela bancada do **CDS**, informou que fosse retirado o documento nº 3, Voto de Pesar pelo Falecimento de *Maria de Jesus Simões Barroso Soares*.-----

**Adventino Amaro**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto referente ao documento nº1.-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Todos os documentos apresentados merecem a nossa melhor atenção, mas há um que requer uma atenção especial e esse é o Doc. Nº 1 apresentado pelo PS que é um voto de repúdio relativamente ao processo de privatização da EDP e REN. Vamos citar algumas passagens deste documento:-----*

*“Com a tomada de posse do XIX Governo em Junho de 2011, foi iniciado um conjunto de privatizações de empresas do setor empresarial do Estado”. Este é um facto, até porque foi isso mesmo que o PS assinou e nós aprovámos. Mais a seguir dizem o seguinte:-----*

*“Nesse processo, a esmagadora maioria da sociedade portuguesa opôs-se à forma e carater das mesmas, onde, entre outras questões, foram evocadas falta de transparência nos processos e acautelamento dos interesses estratégicos nacionais”.-----*

*Não nos recordamos do PS ter colocado esta questão, aliás é óbvio que todas as ações do estado e dos privados têm de ser transparentes. Mas que nos recordemos só os partidos de esquerda é que colocaram objeções, não o PS.-----*

*A seguir:-----*

*“No entanto, o governo comprometia-se em acelerar os processos de privatizações. Utilizando a doutrina de choque, argumentou o modo dessas operações de privatização com o Memorando de Entendimento com a Troika (que o PS promoveu e assinou) em resultado da situação financeira do país”.-----*

*Aliás, quem ouviu o Dr. Campos e Cunha na semana passada na televisão, que foi ministro das finanças do governo PS e que esteve lá só quatro meses e depois saiu porque previu o desastre, ficou a compreender um pouco melhor tudo o que nos conduziu ao pedido de resgate. Todo este voto de repúdio é absurdo. -----*

*Em primeiro lugar porque não nos recordamos de, em qualquer momento, o PS ter-se oposto à privatização destas empresas, aliás, foi o PS que assinou com a Troika a privatização.-----*

*Estivemos de acordo, porque não havia alternativa, mas não fomos nós que pedimos ajuda de emergência à União Europeia e ao FMI, porque o país estava em situação de pré-bancarrota, é preciso não esquecer.-----*

*Ou então os senhores assinaram um memorando com o qual não estavam de acordo?-----*

*É provável que tenham sido cometidos alguns erros por parte da PARPÚBLICA na avaliação destes processos e que só agora tenham dito detetados pelo tribunal de contas, nenhum processo é perfeito, mas com os elementos em nosso poder tomámos a decisão que pareceu mais adequada.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Mas vamos falar de incoerência abordando novamente o discurso do Dr. António Costa no Casino da Póvoa. Perante uma plateia de investidores chineses, António Costa declarou que o país está hoje "bastante diferente" do que estava há quatro anos, quando o PS era Governo. Isso já nós sabemos, mas o que realmente interessa para a discussão deste documento foi o que o Dr. António Costa disse seguidamente.---*

*"Como nós dizemos em Portugal os amigos são para as ocasiões, e numa ocasião difícil para o país, em que muitos não acreditaram que o país tinha condições para enfrentar e vencer a crise a verdade é que os chineses, os investidores chineses disseram presente, vieram e deram um grande contributo para que Portugal pudesse estar hoje na situação em que está, bastante diferente daquela que estava há quatro anos atrás".-----*

*"E queria agradecer à China todo o apoio que nos deu e que certamente não esqueceremos e é um sinal do muito que ainda temos para desenvolver nas relações entre todos nós".-----*

*Em termos de coerência estamos conversados e só entendemos este voto de repúdio porque já vivemos um clima de campanha eleitoral e há uma necessidade e afirmação por parte do PS que quer desesperadamente afastar-se daquilo que foi o desastroso segundo mandato do Engº. José Sócrates que culminou com o pedido de resgate. Esta memória seletiva e este ziguezaguear por parte do PS não é aceitável em termos de honestidade intelectual e só se compreende pelo clima que se vive."-----*

-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, sugere alterações aos documentos nº 4 e 9 acima apresentados.-----

-----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, solicita caso seja possível que o executivo esclareça a questão levantada no documento nº 11.-----

-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara Municipal**, que tendo em conta a especificidade das questões solicitou que fosse concedido o uso da palavra ao **Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira**, tendo sido concedido. -----

-----

Neste sentido o **Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----

*"Como é sabido existia uma proposta de empreendimento para aqueles terrenos, que foi o caso do OTECH, foi um projeto sobejamente conhecimento e apresentado, que acabou por não ver a luz do dia por constrangimentos vários, um dos quais, e é bom salientar aqui tem a ver com o licenciamento do próprio projeto, que a Câmara sempre fez depender da apresentação de estudos complementares e ambientais, nomeadamente de descontaminação dos solos, na eventualidade de construção daqueles empreendimentos.*





Assembleia Municipal de Odivelas

Portanto, a Camara neste momento não tem na sua posse nenhum estudo relativamente a esta matéria, nunca foi feito por parte desta autarquia um estudo sobre este assunto; a Câmara tem ao abrigo das suas competências aquilo que são as competências, e entenda-se que as competências em matéria de fiscalização ambiental estavam na época na Inspeção Geral do Ambiente, e agora estão na APA e nas entidades que estão sob a sua tutela.-----

Foi comunicado pelos serviços municipais, e nós tivemos oportunidade de aferir isso, às entidades competentes da administração central, as suspeitas que existiam sobre a possível contaminação, ou seja, a Camara não pode em bom rigor afirmar. No entanto no âmbito daquilo que são as suas competências/obrigações, fez depender a aprovação do projeto (e pode ser consultado por qualquer um dos Srs Deputados Municipais, esse processo existe no Departamento de Gestão Urbanística), o projeto tinha todas as condições para ser aprovado do ponto vista técnico e urbanístico, só não o foi porque não foi apresentado este estudo.-----

Portanto, relativamente a esta matéria a Câmara não tem, nem foi fornecido nenhum estudo por esta empresa, de forma oficial nem oficiosa a esta autarquia.-----

Assim, o que tenho para vos dizer sobre esta matéria é isto. A Câmara fez sim, um acompanhamento no âmbito da sua fiscalização, em 2013 e tem o respetivo relatório, fez acompanhamento e follow up até 2015.--- Em 2013, temos tanto quanto possível tudo fotografado (estamos a falar de terrenos privados), temos todo fotografado relativamente aquilo que eram as existências, naquela altura, e naquilo que nos levou a ter suspeitas, e enviá-las para as entidades competentes.-----

Em 2015, e no resultado do acompanhamento e notificações que foram feitas para os proprietários, que foram difíceis de notificar porque aqueles terrenos hoje são de fundo de investimento imobiliário. Em resultado dessas notificações, já em 2015, foi feita a remoção daquilo que era considerado, no nosso entendimento, hipoteticamente contaminantes. Foi tudo retirado. E dos registos que nós temos, neste momento, os tanques foram esvaziados, todos os contaminantes, tudo aquilo que estava lá em resultado das demolições foi retirado. E nós temos isso devidamente documentado, alias relatório, esse, que terei que fazer chegar aos Srs Vereadores da bancada da CDU, que em tempo também o solicitaram, e à Assembleia Municipal se assim o entender.-----

Foram inclusivamente vedados os terrenos, têm portões novos. E o que Câmara Municipal está a fazer atualmente é oficiar os proprietários no sentido de informarem a Camara Municipal para onde foram estes resíduos, porque nós efetivamente não sabemos, e devemos saber, sendo certo que e volto a referir isto: as competências inspetivas no âmbito desta matéria estão nas entidades da administração central. A Camara Municipal não tem competências nesta matéria, a não ser acompanhar, mas não capacidade técnica instalada para puder aferir da contaminação dos solos.-----

Não farei considerações políticas, porque há considerações que foram feitas sobre a convivência da Câmara Municipal com o processo de desmantelamento, porque a Câmara era parte interessada no empreendimento



Assembleia Municipal de Odivelas

imobiliário que lá existia, isso é matéria de discussão política que deixarei naturalmente para a Assembleia Municipal.-----

Os esclarecimentos técnicos que me apraz fazer relativamente às competências são estes, e portanto o que me parece é que existem aqui algumas premissas, que não estando corretas poderão levar os Srs Deputados a tomar decisões não avisadas relativamente a esta matéria.-----

A Camara Municipal nunca foi conivente, acompanhou desde a primeira hora, tem relatório sobre esta matéria, mas como vos disse o que fez foi comunicar às entidades competentes que têm competências inspetivas para que pudessem agir em conformidade.-----

Estaremos atentos, é isso que temos feito desde a primeira hora, porque infelizmente para nós, neste momento para nós não há nenhum negócio de promoção imobiliária, entenda-se negócio que pudesse levar à resolução daquele problema, que iria ser resolvido por via da urbanização, ou seja, urbanizando aqueles terrenos, teria que ser feito o desmonte, levadas as terras para vazadouro, entre diligências.-----

A Câmara Municipal, nunca deferiu o licenciamento do OTECH porque não foi fornecido por parte do promotor imobiliário o estudo que era necessário fazer, com base na descontaminação, ou seja, era preciso apresentar para obter licença, um estudo de descontaminação dos solos, que inclusivamente que tivesse no relatório para onde é que iam ser levados os materiais, etc.-----

Portanto a Câmara Municipal agiu em conformidade, e como disse não deferiu o licenciamento do empreendimento com base nisso. -----

Disse.”-----

-----  
-----  
**Joaquim Campos**, pela bancada da **CDU**, fez a seguinte intervenção:-----

-----  
-----  
“A bancada da CDU entende que não gosta de acusar antes de ser esclarecida, é a primeira vez que a Câmara Municipal intervém antes do proponente da moção ter falado sobre ela. E teria o direito em primazia para evitar questões. A primeira questão, neste documento em nenhuma parte a bancada CDU diz que a Câmara Municipal fez algum estudo, em lado nenhum, houve empresas que fizeram o que é diferente.-----  
Portanto para evitar mal entendidos, eu vou ler o documento.” -----

Tendo seguidamente lido o documento nº11, acima apresentado.-----

-----  
**Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**, teceu considerações sobre a questão da Cometna, afirmando a necessidade de se fazer prova daquilo que se acusa a Câmara Municipal.-----

-----  
**Florentino Serranheira**, pela bancada da **CDU**, proferiu a seguinte intervenção:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*"Há aqui alguns aspetos que são de destacar.-----*  
*O primeiro tem a ver com o facto de realmente não ter trazido o estudo ambiental, mas não o trouxemos porque o estudo ambiental que foi feito nem sequer foi pago a quem o fez.-----*  
*A empresa Egiamb que fez o estudo a pedido dos promotores imobiliários e através de um dos engenheiros responsáveis disse-me que discutiu aberta e vivamente o relatório com o Sr. Vereador Paulo César Teixeira e eu qualquer dia terei muito gosto em o trazer aqui para ser visto.-----*  
*Agora não podem dizer que o estudo não foi feito, ele está divulgado nas páginas desta empresa, não é preciso ir muito longe, basta abrir à Internet e abrir a página da empresa Egiamb e lá está o estudo da COMETNA, por isso lamentamos dizerem que é falso dizer que o estudo não existe. -----*  
*Todos sabemos que os metais pesados são um grave problema para a saúde pública, cujos efeitos não são momentâneos, mas muitas vezes dilatados no tempo e no espaço, muitas vezes dez, vinte e trinta anos depois. As crianças que têm brincado na COMETNA ano após ano, vão ter problemas de saúde e as pessoas que tinham conhecimento disto e não agiram, vão ser responsabilizados por isto."-----*

**Miguel Ramos**, pela bancada do **PS**, salienta a necessidade de se fazer prova da existência do estudo ambiental.-----

Pelo Sr. **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, solicitou ao Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao Sr. **Vereador Paulo César Teixeira**, para prestar esclarecimentos, que seguidamente se transcrevem:-----

*"Tenho por hábito não pedir a o uso da palavra para defesa da honra, mas também não existe o hábito desta Assembleia ofender diretamente este executivo. E quando eu digo ofender é partir de uma premissa errada e falsa. E a premissa errada e falsa é que esta empresa, pelos vistos, trabalha para a Câmara Municipal. Porque efetivamente esta autarquia não tem, e nem encomendou nenhum estudo, nem esta empresa fez chegar algum estudo por via oficial. E o Sr deputado afirmou que esta empresa teve uma reunião comigo para discutir o estudo. Não.-----*  
*Esta empresa teve uma reunião comigo para se queixar que a empresa que encomendou o estudo não lhe pagou, e veio pedir à Câmara se era possível pagar-lhes. Mas isto não é nenhum banco. A Câmara Municipal de Odivelas não trabalha sob nenhum tipo de chantagem, como também não tem nenhum tipo de relação com esta empresa.-----*  
*O que essa empresa solicitou, foi se a Câmara podia interferir, de alguma forma, junto da empresa que contratou estudo lhe pagava. Sabe o que é que a Câmara fez? Não emitiu o tal projeto, "onde tinha interesses*



Assembleia Municipal de Odivelas

(P) [Signature]

imobiliários”, a Camara Municipal não emitiu o licenciamento (veja-se os interesses imobiliários que tinha), e os interesses que o Sr Vereador Paulo César tinha neste processo.-----

Portanto a empresa não discutiu com o Sr Vereador Paulo Cesar, é falso! É igualmente falso que a Camara Municipal tenha tido qualquer tipo de estudo oficial, nem tão pouco encomendado algum estudo. Se a empresa trabalhou para terceiros, isso é um problema entre a empresa e de quem lhe encomendou o estudo.-----

Agora o Sr Deputado dizer aqui que estou a mentir, ao dizer que não tenho nenhum estudo, e apresentar aqui um documento que parte de uma premissa que é de que a Câmara está a mentir, tenha paciência que isso nem lhe admito nem acho que ninguém deve admitir porque eu não lhe fazia a si, por um motivo simples eu não estou a mentir. O estudo não está cá, não faz parte do projeto, não foi encomendado pela Câmara, e eu não discuti este estudo com ninguém. Essa empresa esteve aqui a pedir ajuda da Câmara para ser ressarcida do dinheiro que não lhe foi pago. E quanto a isso eu não posso fazer nada.”-----

-----  
**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, apresentou um Requerimento que seguidamente se transcreve:-----

-----  
“Os eleitos da CDU requerem certidão da intervenção do Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira no âmbito do PAOD, referente à “Moção Cometna, Contaminação Ambiental dos Solos e das Linhas de Água”.-----

-----  
Pelo **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal**, solicitou ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** autorização para apresentar um Requerimento, tendo sido concedido, cujo documento seguidamente se transcreve: -----

-----  
“O Sr Vereador Paulo Cesar Teixeira, vem requerer, através do Sr Vice Presidente da Câmara bem como do Sr Presidente da Assembleia Municipal, certidão de todas as intervenções dos Srs Deputados Municipais da bancada da CDU, no âmbito do PAOD, referente à “Moção Cometna, Contaminação Ambiental dos Solos e das Linhas de Água.”-----

-----  
**Carlos Lopes**, pela bancada do **PS**, fez referência ao chumbo do PEC 4 e à forma como o Governo PSD/CDS negociou com a TROIKA e que levou à privatização das empresas.-----

-----  
**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, fez referência a um debate em Loures, promovido pelo “Eduardo Baptista”. Não ouvimos o PS falar do passado, só do presente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

**Miguel Galante**, pela bancada do **PS**, afirmou que o estudo referido na moção da CDU, é essencial que seja apresentado, devendo também as imagens apresentadas serem atualizadas.-----

**João António**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto referente ao documento nº 6.-----

**José Pignatelli**, pela bancada do **CDS**, apresentou dois Requerimentos que seguidamente se transcrevem: -

*“Suscito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas que advogue junto da Câmara Municipal de Odivelas para que me seja facultada uma cópia do protocolo assinado entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e a Câmara Municipal de Odivelas, no passado dia 30 de Junho de 2015, que consubstancia a construção de uma Unidade de Saúde Familiar, ou eventualmente uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados, na cidade de Odivelas.-----*

*Este requerimento é cometido ao abrigo do disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais. Mais suscito que as respostas me sejam dadas no prazo legalmente determinado.”-----*

*“A 6 de Novembro de 2014 questioneei a Câmara Municipal de Odivelas sobre o aterro que então se realizava na Urbanização da Ribeirada há já mais de dois anos. A resposta foi dada no final do passado mês de Maio e incorre em algumas imprecisões: desde logo quando se afirma que “as movimentações de terras após demolição de uma construção ilegal existente no local destinaram-se a modelar e a estabilizar um terreno afecto a equipamento municipal, onde já se encontra instalado, na sua parte superior, um parque infantil”.-----*

*Esta resposta não corresponde à verdade. As movimentações de terras no local, começaram no final da Primavera de 2012, através de um aterro, numa área nunca inferior a 15.000 m2, enquanto a referida construção ilegal foi demolida mais de dois anos depois, em Junho de 2014, já com o aterro praticamente concluído. Aliás, numa altura em que faltava espalhar e compactar dezasseis descargas de terra, ainda a monte no local. Também a construção que foi demolida não ficava no meio do terreno que foi modelado e estabilizado como se afirma no documento da Câmara Municipal de Odivelas, mas antes numa extrema dessa área de terreno. No entanto, a resposta à minha petição encerra ainda uma outra dúvida: se a construção que foi demolida era ilegal, então qual foi a razão que levou a Câmara Municipal a decidir-se por mandar construir, a escassos 40 metros de distância, uma moradia unifamiliar para alojar precisamente a família que residia nessa habitação?-----*

*Para que não subsistam quaisquer dúvidas, suscito ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas que me sejam dadas respostas às seguintes questões:-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signatures)*

1. Quando começou realmente o aterro em parte do terreno na urbanização da Ribeirada, destinado a parte do designado por centro administrativo?-----
2. Quem decidiu e aprovou a realização do referido aterro?-----
3. Qual a razão que leva a que a modelação e estabilização do terreno ainda não se encontrem concluídas?-----
4. Qual foi a razão que levou a Câmara Municipal a mandar construir uma moradia para realojar a família que habitava numa outra habitação no local que foi sujeita a demolição?-----
5. Quais são as despesas suportadas pelo município de Odivelas com estas obras, ou seja o aterro e a construção da citada moradia?-----

Este requerimento é cometido ao abrigo do disposto no art.º 4º e ademais articulado, plasmados no Estatuto do Direito de Oposição, que subsidiariamente se aplica às Autarquias Locais. Mais suscito que as respostas me sejam dadas no prazo legalmente determinado.” -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi proposto que o atual documento nº 5 **Proposta de Recomendação** sobre “Pela Disponibilização de Material Literário e/ou audiovisual que aborde Temáticas LGBTI em equidade com os restantes Documentos na Biblioteca Municipal de Lisboa”, fosse deliberado aquando do Ponto 4, da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido Aprovado por Unanimidade. Neste sentido foi feita devida renumeração aos documentos.-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foram colocados à votação os documentos supra mencionados: -----

O documento nº 1, **Voto de Repúdio** sobre “Processo de (Re) privatização da EDP e REN”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, com os votos contra da bancada do PSD e com abstenção da bancada do CDS.-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **José Pignatelli e Adventino Amaro**, das bancadas do CDS e CDU, respetivamente, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

**José Pignatelli**-----

“Não me encontro entre os que defendem cegamente o paradigma das privatizações. Existem empresas que, pela sua génese, são de interesse nacional e estratégicas para a autoridade de qualquer país. Ora neste



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

caso devia o Partido Socialista ter separado as duas empresas. A REN e a EDP tem funções diferentes e a avaliação estratégica de cada uma delas é dispar. As Redes Energéticas Nacionais, a REN, é inquestionavelmente uma empresa fundamental à qual se designa de soberania nacional ou de interesse público, muito mais que a EDP. A REN é responsável pela produção e distribuição em rede primária da energia elétrica. Também é encarregada da rede nacional de distribuição do gás natural e é a empresa que está obrigada, por diretiva da União Europeia, ao armazenamento das reservas determinadas de gás natural que acontece numa espécie de cilindros construídos dentro das minas de sal-gema (cavidades salinas) no Carriço, perto do Pombal. Aliás, devem ser aumentadas estas cavidades para armazenamento de gás.-----  
E esta privatização é que tinha merecido particular atenção dos partidos políticos e do poder instituído. As redes nacionais primárias de distribuição de energia elétrica e de gás natural são símbolo da nossa soberania por muito que se pretenda minimizar a sua importância ou o seu impacto.-----  
Ao invés, a EDP é uma fornecedora de energia elétrica – importante é certo -, em rede secundária que concorre com outras no mercado nacional que se encontra liberalizado.-----  
Ora a minha abstenção deve-se precisamente ao facto do partido Socialista não ter juntado duas privatizações que têm uma filosofia e importância distinta.”-----

**Adventino Amaro**-----

“A CDU está de acordo com o repúdio manifestado neste documento, e por isso votou a favor. Contudo, não podemos deixar passar em claro a falsidade da afirmação constante no primeiro parágrafo, que só poderia ser aceite como piada de muito mau gosto. De facto, a afirmação de que as privatizações de empresas do setor empresarial do Estado tiveram início com a tomada de posse do XIX Governo, em Junho de 2011, esquecendo as inúmeras privatizações feitas de há muitos anos para cá, muitas delas promovidas e levadas a cabo pelos governos do PS, só pode ser encarada como uma leviana brincadeira, que não deveria ser usada neste órgão, que merece mais respeito.”-----

**O documento nº 2, Voto de Congratulação sobre “Prémio Nelson Mandela – Jorge Sampaio”, foi colocado à votação tendo sido Aprovado por Unanimidade.**-----

**O documento nº 3, Voto de Congratulação sobre “Pelo Prémio Camões 2015 a Hélia Correia”, foi colocado à votação tendo sido Aprovado por Unanimidade.**-----



Assembleia Municipal de Odiveelas

O documento nº 4, **Moção** sobre “*Pelo Direito a cuidados de Saúde Públicos para Todos*”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, com os votos contra da bancada do PSD e com abstenção da bancada do CDS.

O documento nº 6, **Moção** de “*Solidariedade com Jaqueline Pina e tantas outras pessoas*”, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitada por Maioria**, com os votos contra das bancadas do PS e do PSD, com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE, e com abstenção da bancada do CDS.

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Paulo Sousa e João António**, das bancadas do **BE e do PS**, **respetivamente**, foram apresentadas declarações de voto, sendo que Paulo Sousa abdica da mesma, conforme documento que se encontra arquivado na pasta da presente reunião. Assim, transcreve a declaração de voto do membro João António:

**João António**

“Em primeiro lugar este documento deveria ser apresentado na Assembleia Municipal da Amadora, uma vez que é uma situação que diz respeito à Camara Municipal da Amadora. E que há pergunta que os Srs aqui fazem, o PS já respondeu de forma cabal, dizendo que as autarquias têm autonomia na sua gestão.

No entanto quando contam esta história, deviam contar o início desta história, visto que este documento conta o fim da história.

A história começa com um recenseamento feito no PER, que deu origem a realojamento de muitas pessoas, de todas aquelas que foram feitas no levantamento, tendo sido este muito exaustivo.

Mas sabemos que uma pessoa que vive numa construção abarracada, no meio de outras duas, se vamos demolir essa, e ainda não temos casa para outras do lado, que também recenseadas nesse programa, essas casas vão cair. Portanto elas não foram demolidas, foi colocado um papel à porta a dizer que não podiam morar lá pessoas. No dia seguinte essas construções abarracadas estavam arrendadas pelos proprietários das construções ao lado.

Por outro lado, o dever e a competência, a este nível sobre a habitação é do Estado, não são das camaras municipais.”





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

O documento nº 7, **Proposta de Recomendação** sobre “*Pela Colocação de Bebedouros no Concelho*”, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitada por Maioria**, com os votos contra das bancadas do PS, com os votos a favor das bancadas da CDU e do BE, e com as abstenções das bancadas do CDS e do PSD.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Corália Rodrigues**, da bancada do **PS**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

*“A bancada do PS não concorda com a proposta apresentada pelo Bloco Esquerda, embora reconheça que os bebedouros públicos são equipamentos importantes para a comunidade. A razão deste sentido de voto baseia-se no número considerável de bebedouros existentes em todo o Concelho, com especial incidência nos parques infantis e de lazer, que são constantemente reparados, devido essencialmente a atos de vandalismo de que amiúde são alvo. Não podemos deixar de lamentar as ações de destruição e furto de equipamentos públicos que frequentemente ocorrem, inviabilizando a fruição plena dos mesmos por parte dos cidadãos a quem se destinam.-----*

*Entendemos que cultura de preservação do espaço público deve ser incentivada desde muito cedo, nomeadamente logo a partir das primeiras fases do ensino básico.”-----*

O documento nº 8, **Moção** sobre “*Pela Dignidade da Escolha do Povo Grego*”, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e BE, com os votos contra da bancada do PSD, e com abstenção da bancada do CDS.-----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Susana Santos**, da bancada do **PS**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

*“O comportamento do governo português nas negociações com a Grécia e a sua subserviência à Alemanha é um misto entre o síndrome de Estocolmo e o vazio de pensamento, onde a banalidade do mal se instala, que Anna Arendt defendeu para explicar a cooperação vazia de consciência dos alemães com os crimes do nazismo. Hoje a comunicação social noticia: “O presidente francês, François Hollande, e o primeiro-ministro, Manuel Valls, são nesta altura os mais empenhados em manter a Grécia na moeda única. Depois das declarações conciliadores nos últimos dias, enviaram para Atenas uma equipa de peritos, para ajudarem os técnicos do governo grego a desenhar a nova proposta, medida a medida.” Governo Socialista Governo*



Assembleia Municipal de Odivelas

*Centro Esquerda Italiano – Matteo Renzi “os europeus devem “começar a falar uns com os outros novamente”.-----*

*O povo grego usou a sua legitimidade democrática e disse que quer estar no Euro, mas não quer uma austeridade indigna. Atirar a Grécia para o abismo é levar-nos a todos. Há muitos que querem o Grexit, talvez também no governo da Grécia, e que contam com a intransigência da Alemanha para que isso aconteça, de modo a poderem dizer que foram obrigados. Não é isso que o povo grego quer, não é isso que o povo português quer. Queremos estar na europa a 28. No euro a 19. Queremos um governo que defenda os nossos interesses porque esta maioria, que agora é minoria, está esgotada. Por estas razões, votámos favoravelmente.”-----*

*O documento nº 9, Voto de Protesto sobre “Subconcessão da exploração a privados do serviço de transporte público coletivo da CARRIS e Metropolitano de Lisboa, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com votos a favor das bancadas do PS e BE; com abstenções das bancadas das CDU e do CDS, e com os votos contra da bancada do PSD e do membro da Assembleia Municipal Adventino Amaro.-----*

*Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Adventino Amaro, Luis Santos, Miguel Galante e Armindo Fernandes**, em nome individual, das bancadas **do BE, do PS e CDU**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----*

**Adventino Amaro**-----

*“Não votei contra a admissão para discussão deste voto de protesto por não estar presente aquando da sua votação. Voto agora contra a sua aprovação porque considero que o texto deste documento estaria muito bem numa qualquer convenção do PS ou num seu plenário de militantes, mas nunca num órgão plural como é esta Assembleia Municipal. Só subscrevo e aprovo, nesta Assembleia, documentos em seu nome, e não em nome do PS ou de qualquer outro partido.”-----*

**Luis Santos**-----

*“Tal como aconteceu aquando da votação da moção referida no voto que acabámos de aprovar, o Bloco de Esquerda só poderia votar favoravelmente este documento. Estamos inequivocamente do lado de todos que*



Assembleia Municipal de Odivelas

*defendem o transporte Público de passageiros. Defender um serviço público de transporte coletivo de passageiros é, em primeira instância, defender o direito à mobilidade e à inclusão social de todas e todos os cidadãos. Essa defesa torna-se ainda mais premente num concelho em que a mobilidade se baseia, em grande medida em deslocações pendulares de e para Lisboa. Defender o serviço público de transportes é, por outro lado, estar ao lado de todas e todos os que diariamente, no nosso concelho, têm de deslocar-se nos transportes coletivos prestados por privados. A título de exemplo, note-se que o serviço noturno ou ao fim de semana é muito precário e, como todas e todos sabemos, o acesso ao Hospital Beatriz Ângelo em transportes coletivos é pouco mais que miserável. Neste domínio, deixamos ainda uma palavra de solidariedade às e aos trabalhadores que tudo têm feito para defender o serviço público de transportes na Carris e no Metro e, com isso, defender igualmente os seus postos de trabalho.-----*

*O Bloco de Esquerda estará sempre do lado daqueles e daquelas que defendem o serviço público de transportes de passageiros de qualidade e com todos os direitos para os e as cidadãos e trabalhadoras.”-----*

**Miguel Galante**-----

*“O Partido Socialista tem-se manifestado em Odivelas contra a intenção do Governo proceder à subconcessão a privados da gestão das empresas de transportes público coletivos Carris (autocarros e elétricos) e Metropolitano de Lisboa. Em Março, o Partido Socialista apresentou uma moção na Assembleia Municipal de Odivelas que recomendava o diálogo do Governo com os Municípios da Grande Lisboa servidos pela rede de transportes públicos operadas pela Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e exigia a suspensão imediata do procedimento concursal para a subconcessão dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e Metropolitano de Lisboa, E.P.E..-----*

*As sucessivas greves sucessivas da Carris e do Metro demonstram bem que estamos perante um processo de “privatização camuflada”, repleto de zonas cinzentas e cujas únicas certezas que emanam do caderno de encargos apresentado pelo Governo são a perda de qualidade do serviço público de transportes coletivos e o despedimento de mais de 600 trabalhadores nessas duas empresas.-----*

*Trata-se, pois, de um processo de privatização feito à pressa, que tem suscitado a contestação veemente dos trabalhadores perante a teimosia do Governo e a incerteza quanto à qualidade do serviço público de transportes que será prestado no futuro por essas empresas por parte dos utentes.-----*

*O PS está do lado das populações! O PS tem as pessoas no centro das atenções e está ciente do risco sério da subconcessão a privados deste serviço público de transporte coletivo prejudicar, no futuro, a mobilidade dos milhares de odivelenses que diariamente utilizam a rede de transportes públicos do Metro e da Carris nas*



Assembleia Municipal de Odivelas

suas deslocações pendulares profissionais e pessoais para a cidade de Lisboa, nomeadamente nas carreiras da Carris.-----

É por tudo isto que o Partido Socialista condena mais esta decisão unilateral do Governo, porque a qualidade do serviço público da Área Metropolitana de Lisboa não pode ser sujeita à agenda liberal do Governo. Foi com este propósito, de defender os trabalhadores e os utentes do Metro e da Carris, que o PS apresentou um VOTO de PROTESTO ao Governo PSD/CDS-PP.-----

O Partido Socialista acredita que existe uma outra solução para a gestão do serviço público de transporte coletivo de passageiros na Grande Lisboa, uma solução que envolva o diálogo construtivo com os Municípios. É por isso que o PS e António Costa assumem o compromisso de quando ganharem as eleições legislativas anular este procedimento concursal, que não assegura nem a qualidade, nem a quantidade do serviço público de transporte coletivo na região da Grande Lisboa. É por isso que o PS é uma alternativa de confiança!"-----

-----  
-----  
**Armindo Fernandes**-----

-----  
-----  
"A abstenção da CDU sobre este documento tem por base o facto de genericamente concordarmos com o princípio do voto de protesto, contudo, não podemos ir mais além porque o Partido Socialista também tem culpas na situação a que se chegou no que respeita à privatização dos transportes. Não vimos o Partido Socialista a lutar ao lado dos trabalhadores, do povo e dos Sindicatos, contra esta medida gravosa do governo, que sempre considerámos injusta."-----

-----  
-----  
O documento nº 10, Voto de Pesar por "Maria de Jesus Simões Barroso Soares", foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

-----  
-----  
Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Pignatelli**, da bancada do **CDS**, foi apresentada declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

-----  
-----  
"Maria Barroso morreu. Partiu uma mãe, tia, avó e companheira de uma existência, crente na família e apaixonada pela vida. Morreu a professora, a pedagoga e a educadora. -----  
Deixou-nos uma resistente, uma entusiasta da liberdade e das causas cívicas, sempre disponível e empenhada para que as vozes dos mais desprotegidos fossem ouvidas. Perdemos uma cristã, uma ativista da paz, uma conciliadora, uma mulher lúcida até ao último momento, que jamais se inibiu em apreciar os



Assembleia Municipal de Odivelas

novos paradigmas sociais, em particular as vicissitudes da globalização, desencorajando a resignação dos mais pobres e estigmatizando as contrariedades dos mais ricos. -----

Desapareceu a atriz, a intelectual que promoveu a cultura portuguesa das letras à ciência, passando pelas artes, pelo teatro e cinema. Encontrou sempre tempo para a leitura das obras dos novos pensadores, romancistas, poetas e escritores. Escreveu centenas de dedicatórias e foi protectora de outras tantas obras literárias. -----

Perdemos uma esposa reverente, madrinha de dezenas de projectos, alguns dos mais emblemáticos do País, e amiga da sua Nação. Em 1996, Maria Barroso foi agraciada pelos portugueses: a maioria passou a tratá-la como a "eterna primeira-dama", indubitável testemunho da igualdade com que tratou todos, sem excepção, independentemente da etnia, dos credos e convicções políticas, enquanto esposa do presidente Mário Soares, entre 1986 e 1996. A biografia de Maria Barroso é extensa. Não cabe nesta declaração de voto. Dela devemos lembrar momentos marcantes. -----

Nasceu na Fuseta, junto à cidade algarvia de Olhão, a 2 de Maio de 1925. -----

Estudou em Lisboa, nos liceus D. Filipa de Lencastre e Pedro Nunes. Em 1943, diplomou-se em Arte Dramática, na Escola de Teatro do Conservatório Nacional, e oito anos mais tarde (em 1951) concluiu a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. já depois de ter casado com Mário Soares, a 22 de Fevereiro de 1949, e com quem teve dois filhos, João e Isabel. -----

Maria Barroso foi atriz na companhia de teatro Rey Colaço-Robles Monteiro, que, então, representava no Teatro Nacional D. Maria II. Estreou em 1944, na peça "Aparências" de Jacinto Benavente e sob a direcção de Palmira Bastos. Ainda na arte da representação, Maria Barroso participou em quatro filmes: Mudar de Vida, de Paulo Rocha; e em outras três películas de Manoel de Oliveira. -----

Evidenciou-se na intervenção política, em 1969, quando foi candidata a deputada pela Oposição Democrática, notabilizando-se quatro anos mais tarde, ao intervir no III Congresso daquela organização que se realizou em Aveiro. Mas foi a 19 de Abril de 1973 que aconteceu um dos momentos mais marcantes e decisivos da sua carreira política: foi a única mulher a participar na reunião da fundação do Partido Socialista português que aconteceu na cidade alemã de Bad Münstereifel, e foi decidida entre militantes da ASP, a Acção Socialista Portuguesa, onde se encontrava Mário Soares. Foi eleita deputada à Assembleia da República, nas legislaturas iniciadas em 1976, 1979, 1980 e 1983, e pelos círculos de Santarém, Porto e Faro. -----

De entre um enorme conjunto de realizações, enquanto primeira-dama de Portugal - entre 1986 e 1996 -, Maria Barroso destacou:-----

- A criação do Movimento Emergência Moçambique, em 1990; -----
- Em 1991, o ter outorgado a escritura da Associação para o Estudo e Prevenção da Violência;-----
- Em 1995, ter presidido à abertura do ciclo de realizações do Ano Internacional de Luta contra o racismo, a xenofobia, o antisemitismo e a exclusão social.-----



Assembleia Municipal de Odívelas

Já depois de concluído o segundo mandato de Mário Soares como presidente da República, Maria Barroso foi presidir à Cruz Vermelha Portuguesa, cargo que exerceu durante seis anos – de 1997 a 2003. Então, foi também sócia e dirigente da Fundação Aristides de Sousa Mendes.-----

Foi distinguida com o título de Doutora Honoris Causa pelas universidades de Lesley, nos Estados Unidos, e das portuguesas de Aveiro e de Lisboa, respectivamente em 23 de Maio de 1994, 16 de Dezembro de 1996 e 3 de Novembro de 1999. E ainda foi Professora Honorária da Sociedade de Estudos Internacionais de Madrid.-----

Maria Barroso recebeu 18 distinções de 17 países do continente europeu, americano e africano. A estas insígnias junta mais dezanove prémios. De entre todas as comendas, distingue-se a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade que recebeu a 7 de Março de 1997.-----

Retiro da votação o meu Vote de Pesar por Maria Barroso, por cortesia com o Partido Socialista, e transformo-o em declaração de voto, na certeza que o voto de pesar que apresentei antecipadamente se fica a dever a uma relação mais próxima e particular e ao apreço e reconhecimento que tenho, em particular, pela figura de Maria Barroso. Agradeço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odívelas que providencie o envio da minha declaração de voto em conjunto com o voto de pesar aprovado.”-----

O documento nº 11, **Moção** por “Contaminação Ambiental dos Solos e das Linhas de Água”, foi colocado à votação tendo sido **Rejeitada por Maioria**, com os votos favor das bancadas da CDU e do CDS, com os contra das bancadas do PS e do PSD, e com abstenção da bancada do BE.-----

Foi efetuado um minuto de silêncio relativamente ao falecimento de *Maria de Jesus Simões Barroso Soares*.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

**PONTO 1 – PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (AEC’S), PARA O ANO LETIVO 2015/2016** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a Proposta de Implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC'S), para o Ano Letivo 2015/2016, de acordo com a informação nº Interno/2015/6357, de 2015.06.08, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-06-17, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito do presente ponto usou da palavra o seguinte Membro da Assembleia Municipal: -----

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, questionou até que ponto é que os pais intervêm. O que significa este agrupamento misto. -----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, referiu que há duas associações de pais a gerir, antes havia mais. Colocou duas questões: quais as disciplinas oferecidas pelo município. Número de horas por aluno, número de alunos, número de disciplinas e custos totais.-----

Substituta Legal de Presidente da União das Freguesias de Ramada e Caneças, **Sílvia Duarte**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

**Miguel Galante**, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto.

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD** -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, entende que as AEC'S são de gestão municipal. A escola a tempo inteiro, isto é só aumento da carga horária.-----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr **Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*"De acordo com os elementos fornecidos pelos serviços, o Sr. Vice-Presidente transmitiu que durante o ano letivo foi efetuada uma monitorização com todas as entidades gestoras e com todas as Associações de Pais. Foi exigência da CMO que cada entidade gestora tivesse um coordenador responsável, apenas para as AEC's. Ao longo de todo o ano letivo verificou-se a inexistência de reclamações por parte das associações de*



Assembleia Municipal de Odivelas

*pais e encarregados de educação. Todos reconheceram o sucesso deste ano no decurso das AEC's, pelo que é intenção manter o atual modelo, visando a estabilidade e continuidade.*-----

*Em resposta à questão colocada, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que o valor cabimentado para as AEC's corresponde ao universo dos alunos, partindo-se do pressuposto que todos os alunos se irão inscrever, porém, como as AEC's são facultativas esse valor não será o real. O ano passado o número de alunos inscritos rondou os 60%. Este é um valor previsional, porque o documento que regulará o funcionamento das AEC's e que definirá, entre outras coisas, o valor/hora, ainda não existe.*-----

*Relativamente à prestação de contas, o Sr. Vice-Presidente esclareceu que no final do ano letivo quando se encerram as AEC's é possível, por parte das entidades gestoras e associações de pais, aferir o valor efetivamente despendido. O diferencial entre o valor despendido e o valor transferido, não será devolvido ao município, mas sim investido na aquisição de material didático que a Câmara não tenha em stock, desde que, com anuência desta."*-----

Retomada a discussão usou da palavra o seguinte membro da Assembleia Municipal:-----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, afirma que no ponto não se encontram as respostas às perguntas que colocou.-----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*"O Sr. Vice-Presidente esclareceu que na página 9 da informação, já aprovada em Reunião de Câmara, se encontram todos os valores.*-----

*Em resposta à questão colocada o Sr. Vice-Presidente informou que o valor total a cabimentar é de 814.200,00€, contabilizando-se 5428 alunos no total de escolas.*-----

*Referiu, também, que o facto de ainda não se encontrar disponível o documento que regerá as AEC's no próximo ano letivo, implicará oscilações no valor, como é exemplo a alteração do número de horas da atividade extracurricular de inglês."*-----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do PS e PSD, com os votos contra das bancadas do BE e da CDU, e abstenção da bancada do CDS.-----





Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'D.'.

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, **Sílvia Duarte, Miguel Galante e Joaquim Campos**, pelas bancadas da **CDU, PS e em nome individual**, respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

**Sílvia Duarte**-----

*"Hoje mais do que nunca a escola pública como o meio mais eficaz de correção das desigualdades sociais está ameaçada. Paulatinamente, ano a ano, os sucessivos governos vão desmembrando a escola criadora de oportunidades para os todos os portugueses, aquela que corrigida a desigualdade do "berço", num lugar gerador dessas desigualdades, criando a geração AEC.-----*

*Desde o início que manifestámos o nosso desacordo com este modelo de escola. Uma escola que deixa fora do currículo áreas de formação importantíssimas e as remete para algo meramente complementar. Esta opção feita por um governo do PS é errada e é, sobretudo, hipócrita. É errada porque criou condições de exploração de recursos humanos qualificados pagos a preço de trabalho indiferenciado. Um professor das AEC recebe muito menos que um professor do ensino curricular. A mesma formação técnica e universitária teve e tem para o Ministério de Educação valorização diferente. Há professores de primeira e de segunda categoria. O Ministério da Educação quis fazer e fez dos professores das AEC uma espécie de "animadores" que entretêm as criancinhas para os pais poderem estar a trabalhar.-----*

*É hipócrita, porque foi em nome da escola pública, da escola a tempo inteiro, e em nome da formação integral dos cidadãos que se implementou um sistema gerador das maiores desigualdades.-----*

*Desde a primeira hora, nesta Assembleia Municipal de Odivelas a CDU se manifestou completamente contra um modelo do PS que o atual governo se limitou a manter, mas com menos financiamento.-----*

*Na verdade, este modelo criou a geração AEC: alguns portugueses aprendem a falar inglês, outros não. Uns aprendem músicas, outros não. Uns têm atividade física e desportiva, outros não. Alguns têm expressões artísticas, a maioria não. Como sabemos o nosso Concelho não escapou, nem escapa, a este destino.-----*

*Em Odivelas, desde 2008, as AEC estão implementadas com a participação ativa da CMO, contrariando o slogan Terra das Oportunidades, pois melhor ficaria para fazer jus ao programa das AEC, terra que também promove as desigualdades.-----*

*Há um ano, por esta altura, tínhamos nesta Assembleia Municipal várias Associações de Pais e Encarregados de Educação a manifestarem-se contra o modelo de gestão das AEC para o ano letivo que agora termina. Uma das queixas era a falta de respeito que a CMO teve para com esses pais quando decidiu mudar o modelo de gestão/implementação das AEC no Concelho, pois fê-lo sem as ouvir, sem as auscultar e informou à última da hora que as dispensava. Como sabemos, apenas a 4 dessas Associações de Pais e Encarregados de Educação foi permitido continuarem a ser parceiros para a implementação das AEC. A confusão que a CMO gerou há um ano fez com que este ponto só fosse discutido e aprovado em 29 de julho*



Assembleia Municipal de Odivelas

de 2014. Hoje, a CMO apresenta a manutenção do modelo. Se este ponto tivesse sido votado no dia 25 de junho, como estava agendado, esta AMO tê-lo-ia aprovado sem ter acesso a qualquer relatório de avaliação do modelo. Hoje ainda se colocam algumas questões. Por exemplo:-----

Com esta mudança houve otimização de recursos financeiros e os profissionais/professores passaram a receber mais?-----

As IPSS porventura afetaram exclusivamente o financiamento das AEC ao seu fim? Que equipamentos novos foram adquiridos em cada escola para o desenvolvimento das AEC e por quem?-----

No fim deste modelo esses equipamentos reverterem para quem?-----

O Ministério da Educação transfere para terceiros (autarquias, associações de pais, IPSS, agrupamentos de escolas) essa concretização, deixando assim ao livre arbítrio de cada entidade promotora a escolha das atividades a desenvolver.-----

Desde sempre nesta AMO nos manifestámos contra o modelo da escola a tempo inteiro promovido pelo PS e agora continuado pelo governo PSD/CDS.-----

Esta escola a tempo inteiro levanta muitos outros problemas, pois para além de ser o germen das futuras desigualdades sociais abriu caminho para a precarização do emprego dos profissionais/professores que as asseguram. A esses profissionais atribui-se um estatuto que de imediato, os desqualifica, como se disse.----

Não nos revemos nesta forma de fazer política nem de tratar um pilar fundamental na formação das crianças deste concelho, razão porque o nosso voto só poderá ser contra.”-----

-----  
**Miguel Galante**-----

-----  
“A Educação constitui um dos vectores centrais da agenda política do Executivo Socialista da Câmara Municipal de Odivelas. Nesse quadro, o programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) tem assumido em Odivelas um papel relevante na política municipal de Educação que é oferecida aos milhares de crianças que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico. O Programa de AEC no ano lectivo 2015/16 visa consolidar e dar continuidade ao modelo adotado no anterior ano lectivo e irá contemplar mais de 5400 crianças, traduzindo-se numa resposta social importante para a inclusão social ao permitir a oferta educativa e formativa gratuita. Desse ponto de vista, a proposta apresentada pela CMO garante uma diversidade de actividades consideradas relevantes para a formação integral dos alunos, possibilitando a articulação com as famílias numa ocupação útil das crianças e que representa um investimento provisional de mais de 814 mil euros. Na apreciação do Partido Socialista importa também salientar a avaliação positiva do funcionamento do modelo vigente, tanto pelos Agrupamentos de Escolas, como pelas Associações de Pais, conforme foi possível constatar nas visitas e reuniões efectuadas em sede da actividade da Comissão Permanente de Educação desta Assembleia Municipal e que foi reconhecida no consenso unânime do parecer emitido pelos



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signature)*

Conselheiros do Conselho Municipal da Educação para a proposta de programa das AEC para o próximo ano letivo. É, pois, perante essa avaliação positiva do funcionamento do programa da AEC no anterior ano lectivo, o parecer unânime do Conselho Municipal de Educação e a relevância deste programa para a formação das crianças que frequentam as escolas da rede pública do 1.º ciclo do ensino básico que o Partido Socialista votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Executivo para a implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico para o ano lectivo 2015/16.-----

Antes de concluir, gostaria de sublinhar a importância da participação e do envolvimento dos pais e encarregados de educação nos vários processos educativos promovidos pelo Município de Odivelas, nomeadamente, através do associativismo parental e, nessa perspectiva, reiteramos que deve a Câmara Municipal de Odivelas manter a porta aberta para que as Associações de Pais e Encarregados de Educação que manifestem interesse na gestão das AEC e que reúnam as condições necessárias para o efeito, o possam fazer mediante a avaliação da capacidade de gestão por parte dos serviços técnicos competentes da Câmara Municipal de Odivelas e ouvido o respectivo Agrupamento de Escolas onde se insere.-----  
Disse."-----  
-----  
-----

**Joaquim Campos**-----  
-----  
-----

"Votei contra à implementação da aplicação das AEC'S pelos seguintes motivos:-----

1º- Pelo facto de considerar que estas atividades deviam estar integradas na atividade curricular normal do Ensino Básico;-----

2º- Pelo motivo de pelo 2º ano consecutivo, na esmagadora maioria das escolas, se voltar a negociar a Gestão das AEC'S, não com as Associações de Pais das referidas escolas, mas com Entidades exteriores às mesmas;-----

3º -Pelo 2º ano consecutivo se ter entregue a gestão destas atividades, em 30 Escolas do Concelho, a apenas 4 Associações de Pais e as restantes 26 escolas ao cuidado da gestão de 4 IPSS, sem que as restantes Associações Pais e IPSS, que existem no Concelho, parece que a Câmara desconhece a sua existência, se pudessem pronunciar se estariam interessadas ou não em fazer a gestão das AEC'S, pelo menos na sua área de influência;-----

4º- Por ser efetivamente estranho que se entregue a gestão de 26 escolas a 4 IPSS, em todo o concelho de Odivelas, sem se ouvir as Associações de Pais, bem como, no caso das Ass. Pais recusarem a gestão, não se terem ouvido as IPSS, existentes na área de influência das respetivas escolas, a Freguesia de Odivelas, é um exemplo de facto, da forma arbitrária, como estas concessões são feitas. Em todas as escolas desta Freguesia só uma Ass. Pais (D.Dinis) está a fazer a gestão das suas AEC'S as restantes Escolas estão a ser



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

geridas por duas IPSS; O Centro Paroquial de Famões (em 2 escolas da Arroja) e o IPPI ( que gere todas as AEC'S desde a Póvoa de Stº Adrião até aos limites da Freguesia de Odivelas nas Patameiras;-----  
5º- Esta forma de acordos estabelecidos, com entidades que vêm atuar, na área de influência de outras organizações, que nem são ouvidas, parece-me de comportamento duvidoso e necessariamente tendencioso, pelo fato de se colocar instituições contra instituições, proporcionando efeitos de concorrência, desleal e possíveis reflexos negativos no funcionamento das organizações visadas. Esta situação torna-se ainda mais estranha, quando a posição da Câmara, conforme explicação dada nesta Assembleia Municipal à pergunta: " o que se faz ao dinheiro das AEC'S, quando as crianças não as frequentam?" a resposta do Sr. Vice-Presidente da Câmara foi "de que o dinheiro não é devolvido ao Ministério da Educação, mas sim entregue às Entidades gestoras das AEC'S cujo objetivo é procederem a investimentos de melhoria no ano seguinte" Será que é assim?, quem fiscaliza estes dinheiro ? Que balanço existe destes investimentos? A monitorização apresentada não explica nada que o justifique.-----  
Por este e muitos outros motivos, o meu voto foi contra."-----

-----  
Pelas 23h52m, registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, José Pignatelli.-----  
-----

PONTO 2 – PROPOSTAS:-----

- A) - ADENDA À PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE REFEIÇÕES (PEQUENO-ALMOÇO, ALMOÇO E LANCHE) NOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DAS EB1 E JI DO CONCELHO DE ODIVELAS PARA OS ANOS LETIVOS 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 COM INÍCIO A SETEMBRO DE 2015;-----  
-----  
B) RETIFICAÇÃO AO CADERNO DE ENCARGOS – CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (EB1) E JARDINS DE INFÂNCIA (JI) DO CONCELHO DE ODIVELAS -----  
-----

-----  
Presente para deliberação, as Propostas A)- Adenda à Proposta de Aquisição do Fornecimento do Serviço de Refeições (Pequeno-Almoço, Almoço e Lanche) nos Refeitórios Escolares das EB1 e JI do Concelho de Odivelas para os Anos Letivos 2015/2016, 2016/2017, 2017/2018 com início a Setembro de 2015;- B) Retificação ao Caderno de Encargos – Contrato para Fornecimento de Refeições para as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (EB1) e Jardins de Infância (JI) do Concelho de Odivelas, de acordo com a informação nº Interno/2015/6949, de 25.06.2015, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia



Assembleia Municipal de Odivelas

Municipal, aprovada na 13ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-07-01, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Pedro Martins**, pela bancada do **PSD** -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**-----

Pelo **Sr Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Sr Vice Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos que tiver por convenientes, que seguidamente se transcrevem:-----

*“Em resposta à primeira questão colocada, o Sr. Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal de Odivelas, à semelhança de todas as Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, recorreu ao acordo quadro que simplifica todos os procedimentos para aquisição de refeições escolares, desburocratizando uma contratação que envolve milhões de euros. Ao recorrer ao acordo quadro, todas as Câmaras Municipais são obrigadas a ter o preço mais baixo como um único critério de adjudicação.-----  
Quanto à segunda questão, a resposta técnica irá ser prestada pelo responsável da respetiva divisão.”-----*

Pelo **Sr Vice Presidente da Câmara Municipal**, solicitou ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** que fosse concedido o uso da palavra ao **Sr Chefe Divisão**, **Dr. Gabriel Caetano**, para prestar esclarecimentos.----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas da **CDU**, **PS** e **PSD** e com o voto contra da bancada do **BE**.-----

**PONTO 3 – PROPOSTA DE ADITAMENTO À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ODIVELAS PARA O MANDATO AUTÁRQUICO - 2013/2017** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a Proposta de Aditamento à Composição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas para o Mandato Autárquico - 2013/2017, de acordo com a informação nº Interno/2015/6079, de 2015.06.02, remetida pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, aprovada na 12ª Reunião Ordinária de 2015, da Câmara Municipal, de 2015-06-17, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião pelo que se dá como reproduzida.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito do presente não se registaram intervenções.-----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas da CDU, PS, PSD, e com abstenção da bancada do BE.-----

Foi apresentada **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Pedro Martins**, pela bancada do **PSD**, que seguidamente se transcreve:-----

*"A bancada do PSD votou favoravelmente a alteração à constituição do Conselho de Municipal de Educação pela seguinte ordem de razões:-----*

*O PSD considera os conselhos municipais, independentemente das áreas para as quais foram criados como órgãos e estruturas de extrema importância e utilidade na realidade municipal.-----*

*Contando com a participação dos principais agentes que atuam em determinada área, município, assembleia municipal, sociedade civil, etc, aos conselhos municipais é conferido um caráter de transversalidade, sentido crítico e efetividade operacional, fulcral para uma gestão municipal mais integrada e no apoio e elaboração de políticas municipais nas áreas afetas.-----*

*Após a constituição e experiência de funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação em Portugal, entendeu o governo nesta legislatura, no âmbito do processo de aprofundamento da descentralização administrativa na área da educação, promover uma revisão e atualização da sua composição e competências, enquanto órgão de coordenação e consulta para os assuntos de educação no território.-----*

*Deste modo decidiu proceder às seguintes alterações:-----*

- a) *Promover a participação no Conselho Municipal de Educação de todos os diretores dos Agrupamentos de Escola ou escolas não agrupadas.-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

b) Prever a possibilidade aos conselhos municipais de constituir uma comissão permanente com a função de acompanhamento e articulação entre o município e os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da respetiva área territorial.-----

c) Por solicitação dos municípios, permitir aos conselhos municipais emitir pareceres de caráter vinculativo relativamente ao exercício pelo município das competências delegadas através daquele contrato.-----

Entende o PSD que as alterações em apreço conferem aos Conselhos Municipais de Educação um papel mais relevante de coordenação e consulta. Ao mesmo tempo conferem, a nosso ver, a importância devida a todos os agrupamentos e às suas direções no conselho municipal, tendo em conta as suas especificidades e características próprias que não se coadunam com uma representatividade uninominal delegada neste órgão. A possibilidade de criação de uma comissão permanente, dota os conselhos municipais de educação de uma ação mais permanente, permitindo que vá para lá da intervenção nos conselhos municipais agendados, normalmente 3 a 4 por ano letivo, dotando os conselhos de verdadeiras possibilidades de acompanhamento, coordenação e consulta. No que concerne à possibilidade de emissão de pareceres vinculativos relativamente ao exercício pelo município das competências delegadas não acompanhamos aqueles que discordam desta possibilidade, em virtude de a mesma estar subjacente ao pedido prévio dos órgãos executivos e por entendermos que conferem um papel aos conselhos municipais, onde estão representados todos os agentes que atuam na escola, de verdadeiro órgão de consulta e coordenação de políticas educativas municipais, conferindo-lhe um valor jurídico reforçado. Por esta ordem de razões e por entendermos que estas alterações reforçam o papel das direções e dos agrupamentos no processo de elaboração, consulta, acompanhamento e coordenação das políticas educativas municipais, votámos favoravelmente.-----

Deixamos por fim uma palavra de reconhecimento ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos agrupamentos de escolas e respetivas direções no exercício da escola pública, deixando votos de um trabalho profícuo no seio do Conselho Municipal de Educação de Odivelas.”-----

#### **PONTO 4 – PROJETO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DOM DINIS E POLOS-----**

Presente para deliberação, o Projeto de Regulamento da Biblioteca Municipal Dom Dinis e Polos, de acordo com as informações nº Interno/2015/6001, de 2015.05.29 e nº Interno/2014/8882 de 2014.10.01, remetidas pela Senhora Presidente da Câmara, a esta Assembleia Municipal, sendo esta última informação supra mencionada aprovada na 20ª Reunião Ordinária de 2014, da Câmara Municipal, de 2014-10-22, que se encontram arquivadas na pasta da presente reunião pelo que se dão como reproduzidas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr Vice Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, apresentou uma **Proposta de Recomendação** sobre “*Pela Disponibilização de Material Literário e/ou audiovisual que aborde Temáticas LGBTI em equidade com os restantes Documentos na Biblioteca Municipal de Lisboa*”, que foi transcrita no Período Antes da Ordem do Dia, da presente reunião, designado como documento nº 5.-----

**Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**. -----

O **Sr Presidente da Assembleia**, colocou a Proposta de Recomendação, à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PS, com os votos contra das bancadas PSD e dos membros Miguel Ramos e Domingos Tomé, e com abstenções dos seguintes membros Tânia Beleza, Isabel Coelho, João António, António Ramos e Afonso Simão.-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros da Assembleia Municipal, Susana Santos, Carlos Lopes, Afonso Simão, Alcina Trindade, Miguel Galante, Luis Salmonete, Miguel Ramos, pelas bancadas do PS e em nome individual, respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

Relativamente à declaração de voto do membro Miguel Ramos prescindiui da mesma pelo que não consta na presente ata.-----

**Susana Santos**-----

*“Votei favoravelmente esta proposta de recomendação do BE, na medida em que entendo que a discriminação das minorias só se vence através da informação e do conhecimento. Parece-me ser uma proposta perfeitamente exequível e equilibrada.”*-----

**Carlos Lopes**-----





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten initials and signatures)*

*"Hoje, ficou bem claro as dúvidas que estas matérias criam. O exemplo está em muitos membros desta Assembleia Municipal não sabem o que é Intersexo e mesmo, a sigla LGBTI! A reforçar o meu voto, devo referir que neste Fórum já fiz várias intervenções e declarações em prol destas matérias.-----*

*Votei favoravelmente esta Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, por entender que a existência de material literário e/ou audiovisual que aborde as temáticas LGBTI na Biblioteca D. Dinis é fundamental para permitir o esclarecimento de dúvidas que os munícipes podem ter sobre estas matérias. ----*

*Entendo também, este tipo de informação deverá estar nas bibliotecas das escolas do Município e será fundamental a participação das associações LGBTI na disponibilização de material e ações de divulgação e informação. Termino, referindo que o medo e a discriminação só se vencem com o conhecimento!".-----*

**Afonso Simão**-----

*"Abstive-me relativamente ao documento apresentado pelo BE, pois no meu entender, a organização do acervo da Biblioteca Municipal D. Dinis será da competência dos seus próprios serviços, nos quais se integram técnicos qualificados para o desempenho de tais funções. Apesar de apelar à sensibilização das questões das "minorias" perante a sociedade civil (com as quais concordo), entendo ainda que o regulamento existente, no tocante ao funcionamento desse equipamento, permite o usufruto de toda e qualquer área e/ou "franja" da sociedade civil, "minorias" incluídas, como não poderia deixar de ser, e, por isso mesmo, a minha abstenção."-----*

**Alcina Trindade**-----

*"Votei favoravelmente esta recomendação do BE, porque concordo com o teor da recomendação e porque sou contra toda e qualquer discriminação, os direitos fundamentais da Declaração Universal dos direitos do Homem, não faz distinção entre os seres humanos, independentemente da raça, credos ou orientação sexual, por isso o meu voto favorável."-----*

**Miguel Galante**-----

*"A matéria inscrita na proposta de recomendação apresentada pela bancada do BE é sensata e inscreve-se numa lógica de promoção da inclusão social, que tem sido uma das principais marcas da intervenção do Executivo Socialista da CMO, pelo que merece o meu voto favorável."-----*



Assembleia Municipal de Odivelas

Não obstante, quero sublinhar que a luta pelos direitos e igualdades de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais não é um exclusivo do Bloco de Esquerda. O Partido Socialista também se tem empenhado nesse combate pela inclusão das minorias na sociedade portuguesa e nessa perspectiva no próximo dia 16 de julho organiza, na sua sede, no Rato, um debate sobre essa temática, moderado pela deputada Isabel Moreira.-----

Disse."-----

**Luis Salmonete**-----

"O nosso voto contra esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda teve a ver com o desconhecimento de algumas expressões utilizadas, com os argumentos que já utilizámos na discussão, assim como o facto de não considerarmos prioritária a inclusão nas bibliotecas deste tipo de informação."-----

O **Sr Presidente da Assembleia** colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h21m dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.ª Secretária e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

A 2ª Secretária: -----